VERDE-OLIVA

Exército Brasileiro

Brasília-DF • Ano XXXV • Nº 199 • Out/Nov/Dez 2008 Centro de Comunicação Social do Exército

- O Exército na Amazônia
- Ali também é Brasil:
  A verdadeira importância das Forças Armadas
- TV Exército
  WEB TV

Quem precisa de dinheiro quer EMPRÉSTIMO SIMPLES.

NOVAS TAXAS DE JUROS E EM ATÉ 60 MESES

LIBERAÇÃO SUPER-RÁPIDA

SEM TARIFAS EXTRAS

PRAZOS	PARTICIPANTES DO FAM	NÃO PARTICIPANTES DO FAM
01 a 06 meses	1,39% a. m.	1,43% a. m.
07 a 12 meses	1,49% a. m.	1,57% a. m.
13 a 24 meses	1,64% a. m.	1,69% a. m.
25 a 36 meses	1,68% a. m.	1,76% a. m.
37 a 48 meses	1,74% a. m.	1,79% a. m.
49 a 60 meses	1,77% a. m.	1,80% a. m.

Para militares, pensionistas e servidores civis das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, funcionários do Banco do Brasil e conveniados.

Para contratar o Empréstimo Simples, procure um de nossos Escritórios Regionais ou Postos de Atendimento e fale com um dos atendentes. Se preferir, faça a contratação nos terminais de Auto-atendimento.

Confira outras novidades, no site fhe.org.br

MAIS INFORMAÇÕES:
0800 61 3040

FHE Fundação Habitacional do Exército
fhe.org.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO DISTRITO FEDERAL - ESCDF

QGEx - Bl. "H" - Térreo (SMU) - 70630-901
Brasília-DF - Fone (61) 3225.3932, 3225.8339, e 3415.6605 - Fax (61) 3415.5459

POUPEX Associação de Poupança e Empréstimo
poupex.com.br

EDITORIAL

NOSSA CAPA
"Paisagem Amazônica – Lago Tefé"
Foto: 1º Sgt Kerkhoven/Gab Cmt Ex

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMSEx)

• Chefe do CCOMSEx:
Gen Div Adhemar *da Costa Machado Filho*
• Subchefe do CCOMSEx:
Cel Art QEMA Carlos Chagas *dos Santos*
• Chefe de Produção e Divulgação:
Cel Inf QEMA Edson Barboza *Guimarães*

CONSELHO EDITORIAL
Cel QMB QEMA Eduardo Arnaud Cypriano
Cel Inf QEMA Edson Barboza *Guimarães*
Cel R/1 Jefferson *dos Santos Motta*

SUPERVISÃO TÉCNICA
Cel R/1 Jefferson *dos Santos Motta*

REDAÇÃO
Ten Cel Inf QEMA José Herculano *Azambuja Júnior*
ST Ernando *Corrêa Pereira*

PROJETO GRÁFICO
Cap QAO Topo Carlos Alberto Ramos de Morais
1º Ten QAO Adm G Osmar Leão *Rodrigues*
1º Ten OTT Aline *Sanchotene Alves*
ST Inf Pallemberg *Pinto de Aguiar*

COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Centro de Comunicação Social do Exército

IMPRESSÃO
GRÁFICA EDITORA PALLOTTI
Av. Plínio Brasil Milano, 2145 – Passo D'Areia
90520-003 – Porto Alegre-RS
Fone: (51) 3021-5001

TIRAGEM
30.000 exemplares • Circulação dirigida (no País e no exterior)

FOTOGRAFIAS
Arquivo CCOMSEx

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Maria José dos Santos Oliveira – RP/DF/MS 3199

PERIODICIDADE
Trimestral

É permitida a reprodução de artigos, desde que citada a fonte, exceto das matérias que contiverem indicação em contrário.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Quartel-General do Exército – Bloco B – Térreo
70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415-6514 • Fax: (61) 3415-4399
Disponível em PDF
www.exercito.gov.br
verdeoliva@exercito.gov.br

Caro leitor,

Ao encerrar-se o ano de 2008, os integrantes do Centro de Comunicação Social do Exército e nossos colaboradores prepararam esta revista com uma gama de informações sobre a nossa Força, suas atividades, a modernização, as Unidades e sua história.

Em destaque, este número apresenta uma entrevista concedida pelo Comandante do Exército, General-de-Exército **Enzo Martins Peri** à Revista do Clube Militar, em outubro de 2008, abordando diversos assuntos da atualidade.

Como segunda matéria, você poderá conhecer o Plano Amazônia Protegida (PAB), um plano multisetorial que cumpre diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e que sinaliza ao mundo que a Amazônia tem dono.

Você também poderá apreciar a participação direta e indireta do Exército em vários programas, projetos e ações em prol do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica e o depoimento do Chefe de Gabinete da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Dr **José Roberto da Costa**, sobre a verdadeira importância das Forças Armadas naquela imensidão geográfica.

E ainda, com o objetivo de apresentar o trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro na Amazônia e com o apoio da Força Aérea Brasileira, membros do Poder Executivo Federal, professores, executivos e atores (**Victor Fasano** e **Christiane Torloni**) foram convidados para viajar à Selva Amazônica. Leia o comentário dos atores e o artigo "Breves Impressões sobre a viagem à Amazônia" do professor **Paulo Afonso**, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

E oportuno, mostramos o mais jovem produto desenvolvido e lançado pelo Centro de Comunicação Social do Exército, a TV Exército – Web TV, uma ferramenta importante e necessária.

É também apresentada a nova edição do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) aprovada em 2008, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

Nesta edição, podemos apreciar as origens da gaita de foles no Exército Brasileiro e uma matéria sobre as bibliotecas da Academia Militar das Agulhas Negras com um acervo de mais de 80.000 volumes entre livros, documentos, periódicos, revistas, mapas e filmes em formato digital.

Aqui temos nossas Organizações Militares que se fazem presentes, demonstrando a diversidade de missões a elas atribuídas. Destacamos o 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediado em Sapucaia do Sul/RS, o 4º Batalhão de Polícia do Exército, sediado em Recife/PE e o Centro de Recuperação de Itatiaia/RJ, uma Organização Militar que a quase 80 anos presta assistência médica à família militar.

Destacamos, ainda, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) com a matéria intitulada "A Fiscalização de Produtos Controlados", uma atividade complexa e de grande responsabilidade.

E a história militar volta a se fazer presente em interessante artigo do General R/1 **Azevedo**, sobre os primórdios das fortificações no Brasil, na página 31, em que são retratadas as origens e a evolução histórica dos mais complexos conjuntos defensivos construídos pelos colonizadores.

Assim sendo, o Departamento de Ensino e Pesquisa, por meio da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, promoveu o I Congresso de Ciências Militares.

Já o curso de Capacitação em Comunicação Social a Distância, na modalidade *on-line*, ampliou a oportunidade de vários militares terem acesso aos conhecimentos relativos à Comunicação Social.

Finalmente, destacamos **Joaquim Maria Machado de Assis**, grande personagem de nossa historia, autor de grandes obras literárias e que, em 2008, rememoramos o Centenário de sua morte!

Uma boa leitura da **Revista Verde-Oliva** de número 199 e até a próxima!

Gen Div Adhemar da Costa Machado Filho
Chefe do CCOMSEx

SUMÁRIO

6 Entrevista com o Comandante do Exército – General-de-Exército **Enzo Martins Peri**

10 Plano Amazônia Protegida

12 Ações do EB em prol do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica

15 Ali também é Brasil: A verdadeira importância das Forças Armadas

18 Conhecendo a Amazônia

20 TV Exército

22 O Sistema de Planejamento do Exército – SIPLEx

26 A Gaita de Foles no Exército Brasileiro

28 Nossas OM: 18º BI Mtz

31 4º BPE - Troféu Ouro no PQGP

33 Os Primórdios das Fortificações no Brasil

38 A Fiscalização de Produtos Controlados

42 As Bibliotecas da AMAN

44 I Congresso de Ciências Militares: Operações Militares e o Meio Ambiente

46 Capacitação em Comunicação Social a Distância

47 Centro de Recuperação de Itatiaia: Drogas – Difícil recuperação

50 Personagem da Nossa História – Machado de Assis

Espaço do Leitor

"Caro amigo Adhemar,

É com imenso prazer que acuso o recebimento da Revista **Verde-Oliva**. Aproveito a oportunidade para cumprimentar V. Exa. e seus colaboradores e parabenizar a equipe editorial pelo excelente conteúdo. Só há matérias "quentes" e de grande importância. Nota 10!"

General-de-Exército Ítalo Fortes Avena
Chefe do Departamento de Engenharia e Construção

"General Adhemar,

Agradeço a V. Exa. a remessa do exemplar 195 da Revista **Vede-Oliva**, a qual apresenta reportagens oportunas, informações precisas e atualizadas da força, despertando o interesse no público interno e externo à caserna. Parabenizo a V. Exa. pela forma clara, precisa e objetiva com que foram abordados os temas escolhidos e congratulo-me com toda a equipe pelo excelente trabalho."

Atenciosamente,

Gen Bda Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira
Comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada

"Prezados Senhores,

Gostaria de saber se seria possível recebermos aqui na Sede do DNIT no Estado de Sergipe as edições da Revista **Verde-Oliva**?

Servi como Oficial Temporário de 1996 à 2003, na EsSA, e recentemente tive acesso a uma edição da Revista **Verde-Oliva** e recordei os bons tempos da caserna. Como ainda, infelizmente, muitas pessoas não fazem idéia do que acontece no meio militar, creio que seria uma boa forma de divulgação a leitura dessa revista aqui na Sede do DNIT no Estado de Sergipe onde trabalho."

Gustavo Defilippo
DNIT-Superintendência Regional no Estado de Sergipe

"Senhor Editor,

Sou instrutor, em parceria com o SENAI, dos cursos do Projeto Cidadão, mais precisamente de Empreendedorismo e Cidadania, e como Colaborador Emérito do Exército sempre divulgo nosssas ações e muito me ajudaria receber a Revista **Verde-Oliva**."

Cordialmente

Nelson da Rocha Alonso
Rio Grande-RS

"Ao tempo em que acuso o recebimento de um lindo exemplar da Revista **Verde-Oliva** (nº 194), quero agradecer à Comunicação Social do Exército Brasileiro e parabenizá-los por tão oportuna abordagem sobre a preservação do meio ambiente e, mais ainda, por saber que o nosso glorioso Exército é parte integrante nesse contexto participando através de ações positivas em favor do meio ambiente, difundindo e conscientizando através da educação ambiental nas escolas. Acrescento que fiquei radiante ao saber a origem do brado "selva" tão usual na nossa Polícia Militar quando da administração dos cursos de formação.

Um abraço fraterno à todos que colaboram de alguma forma para que essa revista chegue até nós."

Jairo Pereira de Assunção Santos
3º Sgt PMDF – Gama-DF

"Conheci a Revista **Verde-Oliva** no 1°Congresso de Ciências Militares realizado na EsAO. Quero parabenizar a equipe da revista pelas reportagens divugadas sobre o meio ambiente."

Aloizio Gil dos Santos
1° Sgt BM – Rio de Janeiro-RJ

Na sua última edição de 2008, a Revista Verde-Oliva saúda a todos com sinceros votos de um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. Em 2009, o objetivo primordial de nosso Exército será mostrar a sua participação na manutenção e no desenvolvimento da Amazônia, por meio de ações na melhoria da infra-estrutura e na presença em nossas fronteiras.

ERRAMOS

Na matéria "A Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque", publicada na edição nº 192, à página 35, onde se lê 71º Batalhão de Infantaria Motorizado (Petrolina-PE) leia-se 71º Batalhão de Infantaria Motorizado (Garanhuns-PE).

VERDE-OLIVA

ENTREVISTA

Entrevista concedida pelo Comandante do Exército, General-de-Exército **Enzo Martins Peri** à Revista do Clube Militar – Edição nº 430-Ago/Set/Out 2008

*O General **Enzo**, Comandante do Exército, concedeu entrevista ao Clube Militar, abordando assuntos da atualidade: Lei de Anistia, estruturação em andamento no Exército, estratégias do Exército na Amazônia e nas regiões fronteiriças, Missões de Paz e inserção do EB no cenário internacional, Ciência e Tecnologia, Serviço Militar Obrigatório e atuação da Engenharia do Exército.*

Clube Militar – General Enzo, no final do primeiro semestre de 2008, houve muitos questionamentos ao Exército na mídia nacional, por conta de alguns acontecimentos. Qual é a sua avaliação sobre isso?

General Enzo – Foi um momento de muita exposição para o Exército. Houve uma conjunção de diversos fatos isolados em um mesmo período. Isso, por si só, já é notícia, ainda mais se tratando de Instituição detentora de alto índice de credibilidade. Com relação a cada um dos casos, o problema foi tratado com a serenidade e a cautela exigidas em cada situação, sempre observando os aspectos legais e a pronta adoção de providências cabíveis, com a apuração dos fatos nas esferas administrativa ou penal. Procuramos deixar o público interno informado, por intermédio de nossos instrumentos de difusão e, também, pela ação de comando dos comandantes de organizações militares, conforme minha própria orientação transmitida a todos eles.

"Entendo como inadequado discutir e analisar fatos do passado com pensamentos e conceitos do presente."

O Exército continua empenhado em cumprir suas atribuições constitucionais, seguindo um padrão histórico, não transigindo com a quebra de preceitos legais. Esses casos podem ter arranhado a imagem, mas não a reputação do Exército.

Clube Militar – General, e quanto aos recentes debates relacionados à Lei de Anistia?

General Enzo – O assunto se refere a um momento vivido pelo nosso País. Nas discussões, é importante não perder de vista aquele contexto histórico. Entendo como inadequado discutir e analisar fatos do passado com pensamentos e conceitos do presente. São momentos distintos. Do contrário, quantos fatos do passado distante deveriam ser revistos?

A discussão sobre o assunto já teve lugar no fórum adequado. Foi concluída e consolidada. A Lei de Anistia permitiu a conquista da estabilidade e a pacificação nacional, o que contribui para o aperfeiçoamento da democracia, nos dias de hoje, em nosso País. Foi fruto de um longo processo de transição de regimes, atingindo-se a superação dos conflitos e traumas.

Considero o respeito às leis como fundamental para a manutenção da estabilidade política nacional.

O assunto foi considerado encerrado no âmbito do Poder Executivo.

Há necessidade de se manter o pensamento voltado para o futuro.

Clube Militar – Quais são as ações de estruturação do Exército em andamento?

General Enzo – O Sistema de Planejamento do Exército, vigente desde 1984, vem, permanentemente, apontando os rumos que nossa Instituição deve trilhar para sua evolução e perpetuação. Planejamentos de curto, médio e longo prazos concebidos em gestões anteriores vêm sendo, fiel e obstinadamente, perseguidos e cumpridos ao longo do tempo.

Atualmente, temos projetos de reestruturação, distribuídos em 17 ações estratégicas. Dentre essas, podemos destacar a reestruturação das forças blindadas,

com a transformação de nossas brigadas blindadas e suas peças de manobra. Busca-se a modernização do seu material de dotação, a destacar as viaturas blindadas de combate Leopard 1 A5, tecnologicamente avançadas, mais adequadas ao terreno e à rede viária brasileira.

Também estamos ampliando nossa capacidade de mobilidade e vigilância estratégicas na fronteira oeste, com a transferência de um Batalhão de Aviação de Taubaté para Campo Grande-MS.

Clube Militar – A Amazônia tem sido apontada como o foco de atenção de algumas ações estratégicas do Exército. Estão sendo criadas novas organizações militares no Comando Militar da Amazônia?

General Enzo – Estamos conduzindo a transferência de mais uma brigada para o CMA. Trata-se da 2ª Brigada de Infantaria, sediada anteriormente em Niterói, que foi transformada em Brigada de Infantaria de Selva e já está sendo desdobrada ao longo da calha do Rio Negro.

No tocante à vigilância de fronteiras, já temos seis novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), em diferentes etapas de implantação, que estarão concluídos nos próximos quatro anos. Além desses, temos aprofundado os estudos para o desdobramento de novos PEF que atendam ao Decreto nº 6.513, de julho de 2008, pelo qual o Exército deverá instalar, obrigatoriamente, unidades militares em todas as terras indígenas situadas em zona de fronteira.

"Em todas essas ocasiões, tem ficado patente o excelente desempenho de nossos militares, empregados como tropa, observadores ou membros de estados-maiores de Forças de Paz."

Clube Militar – Que conseqüências o Sr visualiza que possam decorrer, levando-se em conta os conceitos de monitoramento e mobilidade, para a atuação do Exército nas regiões fronteiriças?

General Enzo – As conseqüências que visualizo apontam para um aumento da nossa atividade e de nossa presença nessas regiões.

O monitoramento das fronteiras é uma ação que impõe a vigilância permanente, a ser implementada pela utilização de uma gama de meios que vai desde a presença do soldado até o satélite. Implica, portanto, o fortalecimento de uma estrutura física (implantação de novas organizações militares na faixa de fronteira), cujo efeito será multiplicado por meios tecnológicos avançados, como radares de vigilância terrestre, aeronaves de sensoriamento remoto, satélites etc.

Todavia, não basta vigiar as fronteiras - há que se ter forças altamente móveis, com elevado poder de combate, capazes de repelir qualquer ameaça. Nesse sentido, visualizo o incremento das Forças Estratégicas de Ação Rápida, capazes de, em curto prazo, serem deslocadas para conter possíveis ameaças.

Clube Militar – Como o Sr avalia a importância da elaboração de cenários estratégicos pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx)?

General Enzo – O domínio dos estudos prospectivos ainda é limitado no Brasil, tanto no meio civil quanto nas próprias Forças Armadas. No entanto, a elaboração de cenários prospectivos é uma ferramenta fundamental para qualquer planejamento estratégico. Nesse contexto, os "Cenários EB/2022" estão, desde o início de 2008, inseridos na "Avaliação", um dos documentos preliminares do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). As sinalizações emanadas desses cenários já podem, assim, ser incorporadas às demais etapas do planejamento e da gestão da Força.

Clube Militar – Na última década, tem sido considerável a participação do EB em Missões de Paz, pelo emprego de observadores militares, de membros de estados-maiores de Forças de Paz e de tropa. Quais os resultados obtidos e como tem se portado a Força Terrestre nessas oportunidades?

General Enzo – No mundo globalizado, a participação em operações de caráter multinacional torna-se importante para qualquer Força Armada. Ela permite materializar o cumprimento das obrigações que nosso País assume em virtude de sua importância no cenário mundial e se constitui em excelente oportunidade de projeção da imagem do Brasil, trazendo prestígio à política externa e ao Exército. Além disso, em muito contribui para o estreitamento de relações com outros países.

O Brasil, há muitos anos, integra o esforço internacional pela paz, participando ativamente em diversas missões sob a égide de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

Resgate de criança no Haiti pela Equipe de Saúde do BRABATT/9

Em todas essas ocasiões, tem ficado patente o excelente desempenho de nossos militares, empregados como tropa, observadores ou membros de estados-maiores de Forças de Paz.

Como exemplo desse reconhecimento, o nosso Conselheiro Militar da Missão Permanente junto às Nações Unidas há pouco nos informou que, após uma visita do Departamento de Operações de Paz da ONU ao Haiti, onde brasileiros ocupam um lugar de destaque na Operação de Paz ali desenvolvida, importante funcionário daquele órgão se referiu ao nosso batalhão nos seguintes termos: "Um tipo especial de tropa, difícil de encontrar em missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade, e, ao mesmo tempo, pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem a conhece ou tem contato com ela".

Clube Militar – Além da participação em Missões de Paz, quais são as mais importantes iniciativas do Exército no sentido de ampliar sua inserção no cenário internacional?

General Enzo – O Exército Brasileiro, além de participar das missões de paz, vem se inserindo no ambiente internacional de acordo com suas possibilidades e interesses, e em apoio à Política Externa Brasileira. A participação da Força Terrestre está balizada por duas grandes vertentes – a das atividades bilaterais e a das multilaterais. São oportunidades que permitem o estreitamento dos laços de cooperação e amizade com Nações Amigas, contribuindo para um cordial relacionamento entre os Exércitos.

Dentre as primeiras, destaco a importância das Conferências Bilaterais de Estado-Maior - realizadas com os países da América do Sul, com a Espanha e com os Estados Unidos da América -; das Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) - realizadas nas áreas de fronteira - e as Reuniões de Coordenação Militar (RCM) - voltadas para a área de Inteligência -, as quais originam entendimentos que propiciam a continuidade de intercâmbios militares e aprofundam os laços de amizade com os nossos vizinhos.

Na vertente multilateral, cabe destacar a participação do Exército Brasileiro na Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), realizada em ciclos bienais que congrega diversos países das Américas. A partir dessas conferências, estabelecem-se entendimentos para a realização de diversas atividades militares entre os exércitos das Nações Amigas. E existe, ainda, o Comitê dos Comandantes dos Exércitos do Mercosul e Associados, que é um importante fórum de debates e de aproximação entre os Exércitos.

Todos os acordos oriundos das atividades internacionais citadas possibilitam a participação de recursos humanos da Força Terrestre em cursos, estágios, visitas e intercâmbios, que são concebidos e planejados visando o interesse da Instituição e ao aperfeiçoamento do profissional militar, preocupação constante do EB.

Clube Militar – O Sr poderia comentar os avanços do Exército no campo da Ciência e Tecnologia?

General Enzo – A Ciência e a Tecnologia (C&T) têm-se constituído, cada vez mais, em fatores preponderantes para o sucesso das operações militares. Nesse contexto, o esforço nacional no desenvolvimento científico e tecnológico do País, em particular das Forças Armadas, na obtenção de meios modernos e eficazes para a Defesa Nacional, fortalece a Base Industrial de Defesa (BID) e contribui para o desenvolvimento econômico da nação pelo alto valor agregado dos produtos.

Dentre os nossos principais objetivos estratégicos na área cabe destacar: domínio de tecnologias que assegurem vantagens estratégicas e operacionais, priorizando as de acesso negado; desenvolvimento de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de materiais e sistemas de interesse do Exército; provimento de informações geográficas atualizadas, priorizando a Amazônia e demais regiões de fronteira; aperfeiçoamento das avaliações técnicas e operacionais de materiais de emprego militar (MEM) e produtos controlados pelo EB; capacitação dos recursos humanos; contribuição para o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre; e contribuição para o fomento da BID.

Já temos resultados significativos, como o Morteiro Pesado 120 mm e respectivas munições; o Fuzil 5,56 MD97L IMBEL e os Equipamentos de Visão Noturna - Binóculo e Monóculo - já em fase de produção e distribuídos às OM Operacionais. Outros produtos, em fase final do ciclo de desenvolvimento, são o Míssil Solo-Solo 1.2 Anticarro (MSS 1.2 AC), a Arma Leve Anticarro (ALAC), o Sensor Radar de Vigilância SABER M-60, o Sistema de Comando e Controle de DE/Bda e o Equipamento-Rádio ERC-1193 Mallet/IMBEL. Em fase inicial de desenvolvimento, estão o projeto da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR); o domínio de tecnologias do Sistema de Comando e Controle, de Guerra Eletrônica, do Rádio Definido por Software (RDS); e o projeto de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT).

Assim, a C&T busca prover meios modernos e eficientes para manter elevado o poder dissuasório da Força Terrestre e contribuir para a segurança e o desenvolvimento do País.

Clube Militar – Qual é a sua opinião sobre a existência do serviço militar obrigatório no Brasil?

General Enzo – O recrutamento pelo Serviço Militar Obrigatório é mais democrático, universal e, socialmente, mais justo e eqüitativo.

Além disso, ajuda a moldar o caráter do cidadão e desenvolve o espírito da prevalência do coletivo sobre o individual, do cumprimento da missão, do serviço público, do dever para com a comunidade e do patriotismo.

Obras de duplicação da BR-101-NE

É a complementação da formação da cidadania nos aspectos espiritual, moral, físico, intelectual, profissional e cívico.

Dessa forma, os jovens, ao concluírem seu tempo de Serviço Militar obrigatório, estarão mais aptos ao pleno exercício de seus papéis sociais e melhor qualificados profissionalmente, em condições de dar a sua contribuição para a sociedade.

Vale lembrar, também, que o serviço militar permite a formação e a manutenção de uma reserva em condições de ser mobilizada em curto prazo, multiplicando o efetivo das nossas Forças. Atende, portanto, ao conceito de elasticidade das Forças Armadas, segundo o qual elas devem ter a capacidade de ser expandidas em face de ameaças de vulto, sustentando o esforço de guerra, caso necessário.

Clube Militar – Pode-se dizer que a Engenharia do Exército tem uma característica de emprego dual: prover apoio de engenharia às operações militares, em tempo de guerra, e cooperar com a Nação Brasileira em seus Programas de Desenvolvimento, em tempo de paz. Quais são os reflexos desse emprego dual para o Exército Brasileiro?

General Enzo – A nossa Doutrina Militar preconiza que, para cumprir a missão constitucional imposta ao Exército, as ações de Engenharia observem duas fases distintas: o preparo e o emprego. Nos períodos de paz, prevalecem as ações de Preparo. Nos períodos de conflito, as de Emprego.

Durante a Fase de Emprego, a Engenharia deve estar apta a realizar a construção e reparação de rodovias, ferrovias, portos e aeródromos, atividades indispensáveis para apoio ao movimento, concentração, embarque e desembarque de tropas no Teatro de Operações. Também são executadas obras de instalações, redes elétricas e dutos, sistemas de abastecimento de água e de saneamento, bem como implementadas medidas ambientais mitigadoras nas áreas afetadas pelas operações militares.

Clube Militar – Para um emprego eficaz, faz-se indispensável um preparo adequado?

General Enzo – Portanto, na fase de emprego, em tempo de guerra, o Exército tem que construir, manter e reparar todo o sistema de infra-estrutura logística. Na fase de preparo, em tempo de paz, precisa aprender a executar bem essas tarefas.

A experiência histórica brasileira demonstra que a melhor maneira de aprender a construir é construindo.

A Engenharia Militar do nosso Exército é uma das pioneiras, em âmbito mundial, na adoção desse modelo dual de preparo-emprego: treinar suas operações militares de infra-estrutura, cooperando na execução obras e serviços de engenharia dos diversos Programas de Desenvolvimento Nacional, de maneira racional e econômica.

O engajamento do Sistema de Engenharia do Exército na execução de obras e serviços de infra-estrutura terrestre tem permitido o preparo adequado da Tropa de Engenharia, conduzindo seu adestramento por intermédio do planejamento estratégico, da pesquisa e inovação tecnológica e, principalmente, da execução de obras e serviços que atendam às necessidades da Defesa Nacional e, simultaneamente, cooperem com o Desenvolvimento Nacional.

Clube Militar – Como encerramento, que mensagem o Sr gostaria de deixar aos nossos leitores?

General Enzo – Como Comandante, reiterando minha mensagem por ocasião do Dia do Soldado em 2008, destaco que, ao realizarmos todo esse esforço no sentido de melhor capacitar o Exército para o cumprimento de sua missão, não podemos perder de vista que a sua atividade-fim é a preparação para a guerra. Portanto, tudo deve convergir para o adestramento como Força Armada.

Desejo, também, ver o Exército cada vez mais aberto para a Comunidade e mais próximo de nosso cliente principal: a Sociedade Brasileira.

Queremos que ela não apenas nos admire e respeite: queremos que ela nos conheça ainda mais e, assim, melhor empregue a Força que lhe pertence.

Vamos fazer tudo isso sem deixar de lado as bases norteadoras da nossa Instituição, a hierarquia e a disciplina, e sem renunciar jamais aos princípios e valores legados pelo nosso Patrono, o Duque de Caxias.

O Plano Amazônia Protegida (PAP) é um abrangente conjunto de ações estratégicas orientadas para a preservação da soberania brasileira sobre a sua Região Amazônica, tendo a segurança, o desenvolvimento e a preservação ambiental como eixos estruturantes.

É um plano multissetorial, que conta com a participação, ao lado do Exército, dos órgãos e agências com responsabilidades e atividades naquela área. Caracteriza o secular compromisso do Exército com a Amazônia e cumpre diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

Ele dará uma nova articulação para as unidades do Exército e as dotará com equipamentos de avançada tecnologia, sendo executado em duas etapas, expressas nos Planos Amazônia Protegida - Fase I e Fase II.

O Plano Amazônia Protegida - Fase I apresenta as ações decorrentes do Decreto nº 6.513, de 22 de julho de 2008, no sentido de que o Comando do Exército instale unidades militares permanentes nas terras indígenas situadas na faixa de fronteira. Deve ser colocado em execução no período 2010-2021.

Esta Fase engloba duas ações estratégicas, a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira e a adequação da infra-estrutura e a modernização operacional dos pelotões especiais de fronteira existentes.

Serão implantados vinte e oito novos pelotões especiais de fronteira, distribuídos pelos seis Estados da Região Amazônica. O investimento a ser realizado para a implantação desses novos pelotões chega a R$ 979.236.000,00.

A adequação da infra-estrutura e a modernização operacional dos vinte e um pelotões existentes representam um investimento da ordem de R$ 140 milhões e abrangem as seguintes atividades:

- construção de imóveis novos, bem como o melhoramento, a ampliação, a recuperação e a reparação dos imóveis já existentes;
- recuperação e melhoria das pistas de pouso;
- eletrificação; e
- aquisição de equipamentos, armamentos e munições para o recompletamento dos quadros de dotação das unidades militares e dar a elas plena capacidade operacional.

O Plano Amazônia Protegida - Fase II desenvolver-se-á entre os anos de 2010 e 2035, sendo temporalmente paralelo à primeira fase até 2021, tendo como área de interesse toda a Região Amazônica, excluindo, evidentemente, sua faixa de fronteira, objeto de tratamento na fase precedente.

Patrulha Fluvial

Simultaneamente às ações estratégicas da Fase I, serão desenvolvidos projetos transversais nas áreas de ciência e tecnologia, bem-estar da família militar e mobilidade. Nesses projetos serão investidos cerca R$ 880 milhões.

Os projetos de ciência e tecnologia visam a desenvolver equipamentos de emprego militar de fabricação nacional, voltados basicamente para o comando e controle, a vigilância, o monitoramento e a guerra eletrônica.

O bem-estar da família militar vincula-se com a adequação e a atualização tecnológica das instalações hospitalares localizadas em Manaus, Belém, Rio Branco, Boa Vista, Porto Velho, Marabá, Tefé, Cruzeiro do Sul e Macapá.

Os projetos ligados à mobilidade visam à aquisição de helicópteros e embarcações táticas de pelotão e de grupo de combate, essenciais para o emprego operacional e logístico.

Para que se tenha a precisa avaliação das dimensões do Plano Amazônia Protegida - Fase I, é preciso valer-se da irrefutável clareza dos dados históricos. Esses indicam que, na faixa de fronteira amazônica, foram implantados 21 pelotões, no período iniciado em 1921, com a criação do pelotão situado em Cucuí, e o ano de 2008. Contudo, o Plano Amazônia Protegida - Fase I tem como meta a implantação de 28 pelotões no curto intervalo 2010/2021, bem como a adequação da infra-estrutura e modernização operacional dos 21 pelotões já implantados, em prazo ainda mais estreito, entre 2010 e 2018.

Reconhece-se que essa é uma empreitada hercúlea, comparável à dimensão geopolítica da Amazônia e à sua importância estratégica para as futuras gerações de brasileiros. Caracteriza o secular compromisso do Exército e das Forças Armadas com a região e, ao sinalizar para o mundo que a "Amazônia tem dono e que o dono da Amazônia é o Estado brasileiro", traduz, em ações concretas, o posicionamento da Nação sobre a segurança e a defesa dessa área.

A expectativa em relação ao PAP é de que ele, sendo um Programa do Governo Federal, agregue a participação de todos os setores da sociedade, servindo como indutor do desenvolvimento sustentável e de inclusão social, dentro e fora da Amazônia, proporcionando oferta de emprego e aumento de renda.

o Exército na Amazônia

Ações do Exército Brasileiro em prol do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica

(5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército)

Vista da Região

Por trás da questão amazônica, encoberta por causas louváveis, como a ecológica e a indígena, disfarça-se a cobiça externa pelos recursos naturais da Amazônia brasileira (água doce, biodiversidade, nióbio e outros minerais, estratégicos ou não). Esse risco aumenta ao se observar que personalidades influentes da comunidade internacional, há muito, defendem a tese de que o Brasil deveria aceitar uma soberania compartilhada sobre a área, considerada por elas como "patrimônio da humanidade". Assim, constrangem o Brasil e os brasileiros com falsas alegações de que o "País não seria capaz de cuidar daquela Região" e, buscam influenciar a opinião pública com imagens estereotipadas negativas contra o País.

Em verdade, não resta dúvida de que a causa maior da vulnerabilidade do País na questão amazônica decorre do vazio demográfico e da vastidão da área, aliadas ao arco fronteiriço terrestre de 11.500 km e às severas restrições aos deslocamentos terrestres, canalizado-os aos fluviais e aéreos, o que já seria suficiente para se compreender a complexidade das ações na Amazônia, quer estejam voltadas à defesa, quer se direcionem ao desenvolvimento sustentável da Região. Desse modo, constatou-se ser de crucial importância o reaparelhamento e modernização das Forças Armadas para atuar na Amazônia, que se constitui, hoje, na mais provável possibilidade de emprego do Exército Brasileiro (EB).

Assim sendo, o Exército participa, direta e indiretamente, de vários programas, projetos e ações que objetivam auxiliar e contribuir para a afirmação do Estado. Como vetor pró-ativo, o EB coopera com órgãos governamentais civis, além de trabalhar em conjunto com as demais Forças Armadas. Participa, dentre muitos outros, do Programa Calha Norte, do Sistema de Vigilância da Amazônia, do Projeto Rondon, da implantação e/ou manutenção da infra-estrutura viária, da assistência médica às populações ribeirinhas e às comunidades indígenas, do combate ao desflorestamento, de cooperações e intercâmbios com centros acadêmicos de pesquisa técnico-cientifica.

Direcionado especificamente para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, com justiça social, preservação, conhecimento científico, e a manutenção da lei e da ordem, pode-se afiançar que a Instituição contribui participando de diversas ações.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA REGIÃO

Programa Calha Norte

Visa contribuir com a manutenção da Soberania na Amazônia e com a promoção de desenvolvimento ordenado e sustentável. Evolução do Projeto de mesmo nome (1985) ganhou importância com o esvaziamento de áreas remotas e a intensificação de crimes transfronteiriços.

O Programa atual busca intensificar a vigilância de fronteira e a proteção da população, buscando condições para fixar o homem na região. Busca implementar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e socialmente justas.

Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)

Contribui para alimentar uma base de dados, que integra informações de diferentes órgãos governamentais, para se evitar duplicação de esforços, otimizarem as tarefas a serem empreendidas e reduzir custos, respeitadas as competências institucionais.

As redes se valem de órgãos remotos, sensores e radares espalhados pela Região, inclusive em Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) do Exército Brasileiro.

Programa Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREx)

Neste programa é conferida prioridade à Amazônia. Essa reestruturação amplia a presença do Exército na área, levando benefícios por gerar empregos diretos e indiretos. Também aproxima o apoio de saúde, realiza evacuações aeromédicas de urgência e fomenta o desenvolvimento sustentável regional.

Plano Amazônia Sustentável (PAS)

Por meio de Plano específico – "Plano Amazônia Protegida" – prevê a instalação gradual de novos Pelotões de Fronteira próximos de Unidades de Conservação (UC) e Reservas Indígenas (RI). A participação do Exército contempla apoio e realização, em parceria, de pesquisas científico-tecnológicas voltadas à defesa e ao desenvolvimento sustentável da região. Para sua consecução, vale-se do PEREx.

Serviço Militar

Oportunidade em que o Estado dinamiza a formação do homem da região, formando-os reservistas da Força Terrestre. Também prepara a mão-de-obra especializada, apta a ser reabsorvida em benefício da comunidade local, despertam os sentimentos de cidadania e civismo necessários, e trabalha para que se comportem como verdadeiros "embaixadores" na defesa do meio ambiente, da justiça social e do desenvolvimento sustentável da Amazônia, agindo como multiplicadores de conhecimento.

Projeto Soldado Cidadão

Curso de Eletricista Residencial – Humaitá (AM)
Projeto Soldado Cidadão

Inserido no Serviço Militar e precedendo o licenciamento das fileiras do EB, o Projeto busca, em parceria com outras instituições, qualificar profissionalmente o homem, a fim de que possa ser absorvido pelo mercado de trabalho local, em melhores condições.

Adaptação à Selva e Formação do Guerreiro de Selva

Atividades eminentemente militares, vitais para aclimatar oficiais e praças à Região e deixá-los aptos a participar de operações na selva. A partir daí, esses militares, de outras regiões do País, travam contato direto com o bioma local e aprendem a conviver melhor com o indígena e o habitante local, que já são devidamente adaptados à área.

Nesse mister, o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) é referência reconhecida por outros exércitos por formar o melhor combatente de selva do mundo, apto a atuar nas condições mais desfavoráveis.

Projeto Rondon (1967)

Neste projeto o EB atua integrado ao Ministério da Defesa e à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Objetiva a integração social, fazendo com que universitários voluntários se integrem à realidade da área.

Facultam ações direcionadas ao desenvolvimento de comunidades carentes, como a agricultura familiar, a educação e projetos de infra-estrutura municipal voltados, especialmente, ao saneamento básico e aos cuidados com o meio ambiente.

Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB)

É um dos suportes do Serviço Militar, no qual, por meio do Programa de Instrução Militar (PIM), se conduz a educação ambiental, dita não-formal, em cinco níveis básicos: conscientização, prevenção, preservação, recuperação e cooperação.

Aqueles que aprendem por este Sistema serão elos multiplicadores dessa educação, agora informal, em seus lares.

Sistema de Ensino do Exército

Adotado para desenvolver mentalidade e consciência de cidadania, conhecimentos básicos voltados ao desenvolvimento sustentável com justiça social. Todos os estudantes deste Sistema recebem educação ambiental, classificada de formal, alicerçada na conscientização, prevenção, preservação, recuperação e cooperação para a melhoria do meio ambiente, atentando para os riscos ambientais e os cuidados com os ecossistemas.

Como no SIMEB, os alunos atuarão em seus lares. Ressalta-se aqui, o Projeto de Ensino a Distância do Colégio Militar de Manaus que alcança os PEF da Amazônia.

Ações permanentes de assistência médica

Por meio de convênios com o Ministério da Saúde, as secretarias de saúde estaduais e com Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em determinadas regiões atende em hospitais e instalações militares toda a população local, ribeirinhos e indígenas, realizando evacuações aeromédicas de urgência (EVAEM), sempre que necessário.

Esse apoio tem contribuído decisivamente para assegurar a presença do Estado nos rincões mais longínquos e conferir justiça social.

Apoio às ações governamentais de implantação de infra-estrutura com uso da Engenharia

Sempre que necessário, cumprindo um planejamento bem elaborado e detalhado, para assegurar o desenvolvimento sustentável e os cuidados com o meio ambiente nos canteiros de trabalho. Nesse propósito, participa da formação de mão-de-obra especializada apta a ser absorvida pelo mercado de trabalho local.

Apoio logístico e de comunicações às ações subsidiárias

São ações de apoio à população e a órgãos governamentais como nos combates a incêndios florestais de maiores proporções junto à Defesa Civil, Bombeiros Militares e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA); na distribuição de alimentos; EVAEM; na evacuação e transporte da população e animais, em calamidades; e na segurança de eleições, dentre outras.

Atuação permanente contra ilícitos transfronteiriços e ambientais na Faixa de Fronteira

Esta atuação tem o amparo legal que é conferido à Instituição pela Lei Complementar nº 117/2004.

Operações integradas na Região Amazônica

A fim de combater ilícitos, conduz inúmeras operações em parceria com uma ou mais instituições. Nessas, sempre são conduzidas ações cívico-sociais (ACISO), para a melhora da qualidade de vida dos ribeirinhos e indígenas.

As operações servem de suporte logístico a outros órgãos em seus campos de atuação. Delas participam, junto com o Exército, as demais Forças Armadas, Polícia Federal, Polícias Militares e Civis, IBAMA, Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e FUNASA, dentre outras.

Convênios e intercâmbios de cooperação técnico-científica com universidades e centros de excelência

Para o desenvolvimento de estudos, projetos e pesquisas na área, voltadas à engenharia de transportes, ao meio ambiente, biotecnologia e afins, são feitos convênios com diversas Instituições.

CONCLUSÕES

O Exército, dando cumprimento ao que lhe prescreve a Constituição Federal (CF/88), nos termos do Art. 142, historicamente, tem associado suas ações básicas, voltadas à defesa do Estado, e à ininterrupta busca do desenvolvimento do País. Assim, a contribuição do EB à afirmação do Estado brasileiro na Amazônia tem se manifestado em seu continuado preparo para emprego na Região, na sua presença nos mais longínquos pontos da fronteira, na integração com as comunidades indígenas e caboclas amazônicas (legado pelo Marechal **Rondon**), e nas ações denominadas subsidiárias – que se dissociam da atividade-fim da Força Terrestre –, que ali realiza há séculos, atuando como a "Mão Amiga", mormente dos brasileiros afastados dos centros urbanos, não raro representando o Estado brasileiro.

Salienta-se que esse quadro, também, serviu de inspiração para a concepção da atual Estratégia Nacional de Defesa, perfeitamente integrada a uma Estratégia de Desenvolvimento, pelo Ministro de Assuntos Estratégicos, documento este que se encontra em fase final de aprovação, conforme amplamente noticiado na mídia.

A maior responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia cabe às instituições públicas. Seguramente, alicerçado em Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável que considere atividades de proteção ambiental, de produção e de pesquisa em ciência e tecnologia, o desiderato de "crescer sem destruir" o meio ambiente encontrará respaldo na opinião pública brasileira.

Assim sendo, o Exército Brasileiro se inclui, historicamente, no rol dos responsáveis por aceitar os desafios dessa empreitada de contribuir com o Estado no desenvolvimento sustentável daquela rica região do País, sobretudo, respeitando a justiça social e a melhora da qualidade de vida dos seus habitantes.

Professores do Projeto Rondon – Boa Vista (RR)

Inauguração do Centro de Atendimento a Dependentes, Inativos e Pensionistas (CADIP) – Guajará-Mirim (RO)

Ali também é Brasil:

A Verdadeira Importância das Forças Armadas

*Por José Roberto da Costa

Em julho de 1999, tive a satisfação de ser convidado para participar do início das atividades do Ministério da Defesa, assumindo o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Organização Institucional, mais conhecida pela sigla SEORI. Até aquele momento, meu contato com o ambiente militar restringia-se à percepção clássica e constitucional do papel das Forças Armadas e sua atuação político-histórica no movimento militar de 1964, ingredientes básicos e suficientes para um simples cidadão integrante da classe média brasileira. Sempre trabalhando no Governo Federal, minha vida profissional esteve quase que inteiramente voltada para a área econômica, distante, portanto, do meio militar.

Ao longo desses oito anos no convívio diário com a classe militar, motivado pelo desafio de participar, ainda que de forma minúscula, da existência do mais novo ministério brasileiro, além de construir novas e maravilhosas amizades, passei a conhecer, no pôr-do-sol da minha vida profissional, com imensa riqueza de fatos e de detalhes, a verdadeira importância das Forças Armadas no contexto da Nação. Uma dessas facetas, certamente desconhecida de grande parte da população brasileira, está apoiada num inestimável trabalho por elas desenvolvido na ocupação das fronteiras brasileiras e no papel integrador decorrente do atendimento social e de saúde, proporcionado a um expressivo e esquecido segmento da população do nosso país. No caso, desejo referir-me especificamente à região Norte do Brasil, geograficamente conhecida como Amazônia Legal.

Ali já estive algumas vezes, sempre a trabalho com os militares, e não me canso de ficar chocado com a grandeza do desafio regional, com a imensa dimensão dos problemas, enfim, com a falta de atenção permanente do país para com um pedaço tão importante quanto gigantesco de seu território. Também aprendi a ficar fascinado com o trabalho sustentado, nas condições mais adversas, por um punhado de heróis anônimos, entre os quais se incluem civis e, com marcante presença, militares.

Recentemente, tive a oportunidade, durante quatro dias, de participar de um grupo de civis e militares, integrantes da minha Secretaria, que visitou organizações militares na Amazônia Ocidental, incluindo o Comando Militar da Amazônia, sediado em Manaus, as 1ª e 2ª Brigadas de Infantaria de Selva, localizadas, respectivamente, nas cidades de Boa Vista (Roraima) e São Gabriel da Cachoeira

2ª Brigada de Infantaria de Selva

(Amazonas), os Pelotões de Fronteira das localidades de Normandia e Maturacá, e, ainda, o 7º Comando Aéreo Regional/IV Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (7º COMAR/CINDACTA IV) e o Comando do 9º Distrito Naval, os dois últimos também sediados naquela capital.

Seria impossível descrever, em breves palavras, o rol de imensas dificuldades de ordem logística, operacional e, principalmente, financeira, que caracteriza o trabalho persistentemente desenvolvido pelas Forças Armadas naquela região. Mas é absolutamente necessário evidenciar alguns fatos que me parecem de suma importância para melhor percepção do esforço e da presença militar na região:

• antes de tudo, é preciso perceber e afirmar que a presença das Forças Armadas na região Norte do país acaba por representar a figura do próprio Estado, entendido como Poder Central;

• em função das enormes extensões territoriais a serem cobertas, aliadas às reconhecidas dificuldades de acesso, a impressão que salta aos olhos é a de que as Forças Armadas aprenderam espontaneamente a se integrar, produzindo estreita colaboração operacional entre os Comandos Militares da região, como forma de enfrentar dificuldades comuns. Eu ousaria dizer que, antes mesmo do advento do Ministério da Defesa, as Forças Armadas já vinham ali atuando de forma "combinada", por força do quadro de adversidades locais;

• no campo específico de atuação do Exército Brasileiro naquela região, torna-se fundamental evidenciar o trabalho de ocupação territorial que é levado a efeito pelas diversas Brigadas de Infantaria de Selva, com destaque para suas unidades militares, conhecidas como Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs). Essas últimas localizam-se ao longo da extensa fronteira brasileira com sete países, mantendo contingente de cerca de cinqüenta militares em cada unidade. Assim como nas Brigadas, nos dois PEFs visitados respiram-se disciplina na formatura e patriotismo no ar. O

2º Pelotão Especial de Fronteira – Normandia-AM

5º Pelotão Especial de Fronteira – Maturacá-AM

Hino Nacional, entoado no meio da selva amazônica com amor e perfeição, cria um clima de emoção que é, em seguida, potencializado com a Oração do Guerreiro de Selva, recitada por todos os seus militares, sob o comando de um deles. É tão empolgante que a impressão que se tem é de que o país está unido, ainda que por breves momentos. Outra maravilhosa lição de civismo e patriotismo é proporcionada pelos jovens, na faixa entre oito e doze anos, filhos das pequenas comunidades locais e integrantes de batalhões mirins que se apresentam perfilados e em marcha, assumindo postura de ordem e de respeito à pátria, ainda no meio de suas infâncias;

• é evidente que os Pelotões Especiais de Fronteira não podem ser entendidos simplesmente como uma unidade militar pronta para um eventual confronto de razoáveis proporções. Dada sua configuração militar (reduzido número de militares) e suas naturais limitações em instalações e mesmo em armamentos, cabe a eles um papel maior e longe de ser simplesmente simbólico, qual seja, demonstrar e consolidar fisicamente a ocupação de nossas fronteiras, afirmando a presença do Estado em defesa da soberania nacional. Além disso, seus integrantes, militares e familiares, sempre interagem com as comunidades locais, na sua maioria indígenas, participando de ações efetivas de inserção social e também de auxílio médico, com as naturais limitações impostas pela adversidade da região. A exemplo das demais unidades militares incrustadas na selva, aqueles Pelotões acabam por atuar, ainda, como pólos catalisadores de processo espontâneo de colonização, oferecendo, com a sua presença, uma forma de aproximação humana, sob a égide da ordem e da segurança sempre devida pelo Estado;

• da mesma forma, é significativo o papel desempenhado pela Marinha do Brasil, não só no desempenho de sua missão constitucional (controle, orientação, fiscalização e segurança das vias fluviais) naquele imenso território, mas igualmente pelo especial e quase solitário trabalho de prover atendimento médico às populações ribeirinhas da

região amazônica. Utilizando seus meios navais apropriados (poucos, mas importantes navios de assistência hospitalar), a Marinha desloca-se praticamente durante o ano inteiro, por milhares de quilômetros, rio acima e abaixo, levando médicos, medicamentos, equipamentos e, também, a esperança para os habitantes daquele mundo tão desconhecido e esquecido pela maioria dos brasileiros. São cerca de 160 a 180 dias navegando nos rios amazônicos, acrescidos de 40 a 50 dias de preparação logística para a realização de tamanha tarefa, executando atendimento médico, locomoção de pacientes e orientação humana em centenas de locais, com seus militares e civis a bordo, envolvidos nesse admirável trabalho que eu ousaria chamar de um "SUS" (Sistema Único de Saúde) transportado, único e navegante. Ali, onde tudo é complexo e, por isso mesmo, difícil, a assistência médica proporcionada pela Marinha do Brasil - que é um dever do Estado - é levada ao cidadão ribeirinho, invertendo, naquela faixa do território nacional, ainda que com escassos recursos, mas, sem dúvida, com muitos méritos, o ciclo sabidamente ineficiente da assistência à saúde pública no Brasil. A exemplo dos Pelotões de Fronteira, essa atividade é quase desconhecida em âmbito nacional, porém, possui a expressão inequívoca de um grande exemplo de envolvimento militar com o bem-estar da população civil;

• nesse contexto de atuação militar combinada, e certamente incentivada pela adversidade comum, cabe também ressaltar o papel fundamental desempenhado pela Aeronáutica. Centenas de missões aéreas de apoio logístico, transporte de pessoal e de carga, são executadas ao longo do ano, destinadas às mais diversas localidades, inclusive àquelas que só podem ser alcançadas por via aérea. Alguns Pelotões de Fronteira são exemplos típicos desse nível de restrição. Ali, os parcos bens da civilização só chegam por avião. O Exército depende muito desse indispensável apoio logístico para cumprir seu relevante papel naquela região.

Aeronave C-115 Búfalo
utilizada no transporte de pessoal e de carga

A exemplo das demais Forças, a Aeronáutica executa ações cívico-sociais e de assistência à saúde junto às comunidades mais longínquas, por meio de mutirões formados por equipes multidisciplinares, além de participar

Embarcação da Marinha

decisivamente de evacuações aeromédicas em toda a região amazônica. Combinada com as demais Forças, a Aeronáutica pratica missões de assistência às populações assoladas por calamidades públicas (secas, queimadas, enchentes), em apoio às autoridades estaduais. A sua área de atuação é tão extensa e decisiva, abrangendo, inclusive, a manutenção dos pontos de apoio para controle do espaço aéreo daquela vasta região.

A observação cuidadosa da atuação das Forças Armadas na Amazônia reafirma a necessidade delas serem contempladas com volumes crescentes de recursos humanos e financeiros, para utilização naquele pedaço do país, sem que isso possa representar choque de interesses com o governo estadual. É sabido que as Forças são obrigadas, anualmente, a fazer opções difíceis para aumentar a alocação desses meios financeiros em seus limitados orçamentos. Por outro lado, não se trata simplesmente de investir no aumento da simpatia da população pelas Forças Armadas, mas sim de canalizar recursos específicos para quem sabe e pode melhor utilizá-los em nome do Estado.

Na Amazônia, as Forças Armadas são amadas e desejadas, oferecendo, com a sua presença e atuação, um canal incansável de esperança para uma população esquecida pela maioria dos brasileiros. Operando quase sempre em situações adversas e muitas vezes críticas, elas não titubeiam em cumprir, a qualquer custo, suas obrigações, em sacrificar o convívio familiar de seus integrantes e em despender recursos para amenizar o sofrimento ou mesmo salvar uma única vida, quase sempre isolada e ignorada naquela imensidão geográfica. Sabem fazer e fazem muito com poucos recursos e muita tenacidade, num trabalho de milhares de anônimos, movidos pelo patriotismo e pela vontade de afirmar que aquele território é brasileiro.

***José Roberto da Costa** é Chefe de Gabinete da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa.*

Conhecendo a Amazônia

Membros da comitiva

Membros do Poder Executivo Federal, professores, executivos, atores e militares viajam para a Selva Amazônica.

Interessados em conhecer o trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro na Amazônia, mediante coordenação da Terceira Assessoria do Gabinete do Comandante do Exército e com o apoio da Força Aérea Brasileira, a comitiva deslocou-se de Brasília para Manaus, onde foi recebida pelo Comandante Militar da Amazônia.

Na capital amazonense, após tomar ciência do papel das Organizações Militares da Região, todos visitaram o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Percorreram uma exposição de equipamentos de selva, conheceram a onça "SIMBA" – mascote do Centro – e experimentaram alimentos típicos da Amazônia.

Em São Gabriel da Cachoeira, para onde a comitiva deslocou-se no dia seguinte, foi recebida pelo Comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva – "Brigada Araribóia"– e demais oficiais da guarnição, conhecendo os trabalhos desenvolvidos na região.

Seguindo de avião para Maturacá, fronteira com a Venezuela, desembarcou no 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF), isolado na selva, próximo ao Pico da Neblina. Na oportunidade, todos perceberam a presença marcante da Força Terrestre protegendo as nossas fronteiras e apoiando a comunidade local, nobre realidade dos militares naquela região.

De volta a São Gabriel da Cachoeira, participaram da formatura geral da "Brigada Araribóia" quando presenciaram os soldados-índios que servem na guarnição, apresentando-se com suas línguas nativas.

Crianças indígenas lendo o "Recrutinha"

Na jornada do terceiro dia, embarcaram para Querari a fim de conhecer o 2º PEF. Naquele dia assistiram a formatura dos Guerreiros de Selva e visitaram o marco 1933-3, fronteira com a Colômbia, após um deslocamento de "voadeiras".

No último dia da visita, foram ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e ao Teatro Amazonas. No INPA conheceram os trabalhos de pesquisas zoobotânicas desenvolvidos em parceria com o Exército.

Por ocasião do embarque de retorno à Brasília era visível a vibração dos integrantes da comitiva com a visita, demonstrada com o grito de "SELVA" a todo o momento.

Participaram do grupo de viagem a atriz **Christiane Torloni** e o ator **Victor Fasano** que ao se despedirem destacaram o seguinte:

• ela agradeceu a todos por terem lhe ajudado a olhar àquele Brasil bonito, a Amazônia, de uma forma diferente. Ressaltou que deveriam ser colocados de lado os ressentimentos para que eles, os formadores de opinião, pudessem falar publicamente da necessidade das Forças Armadas tomarem conta da Amazônia, sem medo de serem chamados de loucos, pois não era a democracia que estava em jogo e, sim, a Amazônia. E, com respeito aos nossos filhos, tinha certeza que todos estavam saindo da viagem muito mais unidos;

• ele, visivelmente emocionado, ressaltou o desfile da tropa, o canto do Hino Nacional e as outras atividades que participou, dizendo que tudo aquilo incentivava o amor pelo Brasil. Agradeceu a forma pela qual foram recebidos pelos militares e que era assombroso que o País não se aproveitasse mais de suas Forças Armadas em prol do desenvolvimento sustentável daquela região importante, rica e carente do nosso Brasil.

Também integrou a comitiva o professor Paulo Afonso do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, que brindou a Revista Verde-Oliva e seus leitores com o artigo "BREVES IMPRESSÕES SOBRE A VIAGEM À AMAZÔNIA".

Breves impressões sobre a viagem à Amazônia

Profressor ***Paulo Afonso Francisco de Carvalho*** *– Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília*

Sou professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Já há alguns anos coordeno nosso Curso de Especialização que tem por objetivo apresentar o funcionamento da política, sua estrutura, seus princípios, suas instituições e seus mecanismos de funcionamento. Nesse sentido, oferece aos interessados os fundamentos para o conhecimento de áreas como poder, autoridade, estado, instituições políticas, democracia, cidadania, bem-estar, relações intergovernamentais, relações estado e sociedade, além das diferentes visões que se encontram na raiz da diversidade dos enfoques dos principais problemas políticos de um mundo político interligado e de relações de poder muito desiguais. Nosso público é muito heterogêneo e sempre há um ou dois oficiais do Exército participando. Em meados de junho passado, recebi um telefonema de um coronel nosso aluno, fazendo-me o honroso convite para participar de uma comitiva que faria uma viagem à Amazônia no mês de setembro deste, o que ocorreu.

Gostaria, em primeiro lugar, de ressaltar e agradecer pelo altíssimo nível de organização da viagem, do primeiro ao último momento. Chegando a Manaus, tivemos a oportunidade de ouvir uma brilhante e esclarecedora palestra do General **Heleno**, Comandante Militar da Amazônia, na qual apresentou todo o trabalho do Exército Brasileiro naquela região, detalhando, inclusive, as dificuldades encontradas em função do vasto território que deve ser monitorado e as limitações de recursos. Duas colocações do General chamaram minha atenção, uma relatarei já e a segunda no final desse espaço: a primeira é que a sociedade brasileira deveria deixar de tratar a Amazônia como um "país amigo". De fato, dada a riqueza e posição estratégica, a Amazônia poderia e mereceria ter um pouco mais de atenção de outras instituições que poderiam assumir também a responsabilidade por essa região tão rica e bela.

Do ponto de vista da Universidade, tenho em vista o Projeto Rondon, que, ao que parece, ainda funciona (inexplicavelmente) de forma bastante incipiente. Em um quartel na fronteira com a Colômbia, fiquei pensando sobre a importância de ter, por exemplo, seis ou sete alunos do meu instituto, ministrando um curso de formação política (não política partidária) para os soldados que servem naquele local, a exemplo do que já fazemos nas escolas da periferia de Brasília que se chama "Política na Escola". Por que não "Política no Exército"? Durante os doze anos como professor da Universidade, não me lembro de ter visto nenhum trabalho de final de curso ou dissertação de mestrado que tratasse da questão geopolítica que envolve a região. Essa aproximação, certamente mudaria essa situação. Nesse mesmo dia visitamos um centro de treinamento que forma, inclusive, soldados de outros países. Ficamos todos impressionados com a palestra do oficial responsável por essa unidade, sobre as técnicas de sobrevivência na selva.

Nos dias seguintes fomos conhecer os pelotões das fronteiras com a Venezuela e Colômbia. Naqueles locais foi bastante comovente perceber o grau de entrosamento e harmonia do Exército com as comunidades indígenas. Nesses pelotões, a maioria dos soldados é indígena. Naquelas viagens houve alguns momentos de forte emoção para mim. Durante a apresentação da tropa, a execução dos hinos e principalmente no momento da "Oração do Guerreiro da Selva".

Durante as visitas aos diferentes lugares, os organizadores solicitavam para que um dos membros da comitiva entregasse uma recordação ao superior do pelotão local. No último, os oficiais organizadores pediram-me para fazê-lo. Tive que declinar, e certamente eles não entenderam o motivo. No fundo tive medo de ficar muito emocionado e não conseguir fazer o pronunciamento, mesmo que breve. Para explicar, farei uma rápida viagem no túnel do tempo, de volta ao meu passado.

Sou filho de uma família pobre e numerosa do interior de Goiás. Tendo muitos filhos, meus pais usaram a estratégia de ter Pensão (hotel popular que oferecia refeições) para alimentar-nos e a educação como forma de revolução na nossa condição. "Educação" e "Revolução" sempre foram palavras-chave no nosso meio. Meu pai sempre sonhou com uma sociedade mais justa e como imaginava que a forma para alcançar esse objetivo seria sendo comunista, ingressou nas fileiras do Partido Comunista do Brasil. Em função disso foi preso várias vezes sendo a primeira no ano de 1964. Foi quando tive meu primeiro contato com o Exército. Eu tinha seis anos de idade e quando vi os soldados fardados e armados entrando na cidade sonhei em me tornar soldado também quando crescesse. Ele foi preso várias vezes sendo a última em 1975, já com 73 anos de idade quando foi trazido para Brasília onde ficou 15 dias em um quartel do Exército. O tempo passou e a sociedade mudou. Mas não posso deixar de reconhecer que havia ficado (imagino, compreensível), certa mágoa com a Instituição. Mas durante a viagem, tudo mudou.

A segunda colocação do General **Heleno** que disse que relataria abaixo, foi que os usos dos termos "sociedade civil" "Forças Armadas", por exemplo, já não são mais adequados. E é verdade, como disse a **Christiane Torloni** em seu último pronunciamento: "viemos para a Amazônia para conhecer o Exército Brasileiro e fomos recebidos como irmãos". De fato, precisamos ser uma só família para construir o futuro que o Brasil merece.

SELVA!

O MAIS JOVEM VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A rede mundial de computadores (*Internet*) tem apresentado um crescente número de novas aplicações desde o seu surgimento, em escala global, em meados dos anos 90. A partir de uma ferramenta de busca e pesquisa, através da Internet, hoje em dia, tem-se *sites* os mais diversos, como o relacionamento de grupos, debates de assuntos, propaganda e marketing, jornais e revistas, ensino a distância e muitos outros. A expansão da banda larga no tráfego de informações e da velocidade de transmissão (em *kilobits* por segundo – *kbps*) possibilitou, também, a divulgação das tradicionais mídias eletrônicas, rádio e TV, em formatos diversos, com alcance global.

No caso da Instituição Exército Brasileiro, as possibilidades oferecidas por esses novos segmentos, indicaram a inserção da Comunicação Social em um projeto de Internet TV ou ITV, ou ainda WebTV. A ITV existe hoje, nos modelos caseiro (*You Tube*), corporativo (empresas) e comercial (programação de redes já existentes ou especializadas). Dos modelos citados, o corporativo apresenta-se o mais vantajoso, do ponto de vista custo-benefício, nas fases iniciais do projeto.

FINALIDADE E MODELO

O projeto do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), iniciado em Abr 2008 e batizado como TV Exército visa implantar, em curto prazo, um sistema de WebTV, baseado no modelo corporativo, permitindo sua evolução progressiva para uma programação mais periódica, de cunho jornalístico e informativo. Visa, ainda a médio prazo, a criação de massa crítica na linguagem televisiva, de modo a, no futuro, possuir o Exército Brasileiro um canal de TV, em sinal aberto, semelhante à trajetória da Rádio Verde-Oliva (RVO) FM, emissora da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) e operada pelo CCOMSEx.

A regulamentação do rádio e da TV veiculadas via Internet ainda é muito incipiente no Brasil; de qualquer modo, futuras normas iriam privilegiar as instituições ou veículos já existentes no segmento; daí a necessidade do Exército iniciar sua presença neste tipo de produto que, muitos afirmam ser o futuro da televisão, com a fusão dos conceitos de TV aberta, por assinatura e WebTV em um único modelo, pautado por uma grande interatividade com o usuário.

Conforme explanado, optou-se pelo modelo corporativo, oferecendo produtos, inicialmente, nos formato sob demanda; os produtos oferecidos tiveram por base a adaptação de filmes/filmetes já existentes no CCOMSEx, evoluindo, paulatinamente, para a elaboração de produtos específicos como programas jornalísticos e reportagens especiais.

Buscou-se a terceirização de serviços de hospedagem e/ou *streaming* (transmissão). Tal serviço atende, também, ao projeto da RVO via Internet. O *layout* da página inicial da ITV utiliza modelos pré-desenvolvidos enquanto elaboram-se as alterações no site do EB.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A TV Exército possui um potencial comparável à evolução da própria Internet; dados recentes indicam ser o brasileiro um dos usuários mais assíduos da rede, com mais de 50% das pessoas, entre 10 e 34 anos, nas áreas urbanas, com acesso regular, no domicílio ou no trabalho/escola. Como curiosidade, acima de 60 anos este percentual cai para 3% apenas. Considerando apenas usuários em banda larga (tráfego a partir de 256 kbps), em 2007, havia mais de seis milhões de conexões deste tipo cadastradas nos serviços provedores em todo o País.

Visualizando a médio prazo, a TV Exército, além de seu cunho como veículo de comunicação social para o público externo, permitirá a comunicação interna também, com grande vantagem, possibilitando, por exemplo, videoconferências de autoridades, apresentações à distância, reuniões de trabalho e outros, com enorme ganho de tempo e recursos.

A curto prazo, o CCOMSEx está trabalhando na regulamentação interna da WebTV dentro da Força, ao mesmo tempo em que investe na adaptação das suas instalações e pessoal para produzir, com qualidade crescente, uma programação de interesse dos públicos externo e interno. O desafio está lançado; caberá ao Sistema de Comunicação Social do Exército vencê-lo, com oportunidade e eficiência. Acesse a TV Exército na página inicial do Exército Brasileiro: www.exercito.gov.br

O estúdio da TV Exército, no Setor Militar Urbano

PLANETA SINALIZAÇÃO

Produtos 100% Nacionais - Direto da Fábrica!!

55 15 3305-8547

Entregamos sem custo para todo o Brasil

00501
Colete de Obras

00503
Colete tipo Jaleco mod. PSVO

00504
Colete tipo Jaleco mod. PSAB

00520
Colete tipo Motoboy

00508
Tipo Safari, 6 bolsos.

00505
Colete Eletrônico mod. "V"

00510
Colete Eletrônico

00504
Colete tipo Jaleco mod. PSAB

00504
Colete tipo Jaleco mod. PSAB

00501
Colete de Obras

00503
Colete Jaleco ABNT

00512
Colete Petroleiro

ESTAMOS APTOS A PARTICIPAR DE LICITAÇÕES!

00602-A
Pisca advertência

00701-P
Cone octogonal

00303-P
Direcionador de tráfego

00204-P
Balizador fixo

00601-V
Pisca Advertência

00605-SC
Seta cone

Cone
75cm duas fitas

00603-SI
Seta Eletrônica com Pedestal

00602-A
Pisca advertência

00202-P
Balizador redondo

Cone 107cm
00703-L

Cone 120cm
00705-L

Cone 75cm
00701-L

Balizador flexível
00207-BRR

Cone fita refletiva
003120

Norma ABNT 15071 Cone Super Flexível
00350

Pisca de Advertência
interna p/ Cone Barril
00601-BRR

Cone barril
00706

Balizador com viga
00202-L

Separador de fluxo
00302-L

Barreira desmontável
00105

Seta Lampejante 2,00x1,00m PVC
00604-SL

Cone 95cm com viga
CN-95-L

Cavalete com Viga
00110

Cavalete desmontável
00101-L

Barreira empilhável
00104

Linha Completa de Produtos em Nosso Site: www.planetasinalizacao.com.br

Rua Dr. Fernando Costa, 54 - Jd. Sta. Helena - Tatuí-SP - CEP 18 270-560

O Sistema de Planejamento do Exército

3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional e permanente, um dos instrumentos fundamentais para assegurar as condições de segurança e de defesa do Estado Brasileiro. Por suas características intrínsecas, não prescinde de planejar detalhadamente as ações que o conduzirão para uma situação desejada no futuro. A conformação deste futuro implica a manutenção da sua relevância para a sociedade brasileira, a qual se evidencia mediante o reconhecimento interno e externo da capacidade do Exército cumprir com excelência a sua missão. Deve ser permanentemente sustentada pelo aporte de adequados recursos financeiros por parte do poder político e pela compreensão das demandas da sociedade e do Estado e das condições impostas pelo ambiente e pela organização das capacidades, processos e resultados, visando o atendimento dessas demandas.

O planejamento estratégico deve ser entendido como um processo de desenvolvimento de estratégias para alcançar um objetivo definido (manter a excelência na capacidade de cumprir a missão imposta pela sociedade), operando no mais alto nível da instituição, de longo alcance e projetando programas e atividades correntes a fim de conformar futuros mais desejáveis. Representa o caminho escolhido pela Instituição para evoluir de uma situação presente até uma situação desejada no futuro. O planejamento estratégico é integrador da organização - orienta e preside as principais decisões e ações da Instituição.

Em 1985, foi instituído o Sistema de Planejamento do Exército, que adotou a metodologia da Escola Superior de Guerra para o planejamento político. Desde então, o planejamento estratégico do Exército evoluiu de acordo com o cenário e as demandas de cada época. Em 2008, foi aprovada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército a nova edição do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx). Os trabalhos de elaboração da nova versão do SIPLEx envolveram duas fases - a primeira, destinada a verificar a consistência da metodologia, modificá-la se fosse o caso, e agregar novas ferramentas de gestão desenvolvidas. A segunda foi a elaboração, propriamente dita, dos documentos previstos de acordo com a metodologia revista e aprovada.

O SIPLEx tem como finalidades caracterizar a missão do Exército; avaliar o Exército; estabelecer a Política Militar Terrestre; definir as estratégias e estabelecer planos para a sua consecução; padronizar e racionalizar o planejamento; e permitir o acompanhamento da execução do planejamento, de forma a realimentar o sistema.

ENUNCIADO DA MISSÃO

A Missão do Exército é resultante da análise do marco legal, que traduz a percepção do legislador - e, por conseguinte, da sociedade brasileira - sobre os valores, a história, as tradições, os princípios de relações internacionais, as necessidades de segurança e defesa e os cenários visualizados para o emprego das Forças Armadas.

MISSÃO DO EXÉRCITO

Preparar a Força Terrestre para defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Participar de operações internacionais. Cumprir atribuições subsidiárias. Apoiar a política externa do País.

A Força Terrestre deverá manter-se em constante e permanente preparo para atender às servidões da missão, sobretudo a defesa da Pátria. Baseada no preparo para cumprir a destinação constitucional, a Força capacita-se a cumprir as demais servidões.

AVALIAÇÃO

Para avaliar o Exército, a metodologia adotada prevê a elaboração do diagnóstico (tempo presente) e do cenário prospectivo. O diagnóstico abrangeu tanto o ambiente externo (verificados os aspectos com potencial para afetar diretamente o planejamento da instituição) e o ambiente interno (com a finalidade de levantar os fatores endógenos a serem considerados no planejamento). Os cenários prospectivos apresentam os eventos considerados de maior interesse para o Exército, sua expectativa de ocorrência em um horizonte temporal definido e a capacidade da Instituição influir no curso da evolução da situação para conformar um futuro desejado.

A Avaliação do Exército é um grande estudo realizado com a finalidade de obter as indicações para a política e para as estratégias as serem adotadas. É um processo contínuo, mas será formalmente atualizada no início da gestão de cada Comandante do Exército ou quando se fizer necessário.

POLÍTICA MILITAR TERRESTRE

A Política Militar Terrestre (PMT) é expressa por objetivos (vinte no total), que condicionam as estratégias do Exército. É decorrente dos objetivos e diretrizes estabelecidos na Política de Defesa Nacional, das orientações contidas na Política Militar de Defesa e na Estratégia Militar de Defesa, da Missão do Exército e das indicações levantadas na Avaliação.

Os Objetivos da PMT englobam todas as áreas do Exército e revelam "o que fazer" nas grandes linhas. A sua concretização é acompanhada por ferramentas de medição, como o Sistema de Medição de Desempenho/BSC.

ESTRATÉGIAS

Após definidos os objetivos da PMT (o que fazer), as Estratégias definem "o como fazer" por meio das Concepções Estratégicas do Exército e das Diretrizes Estratégicas. Essas diretrizes transformam as concepções em ações concretas para serem detalhadas nos Plano Diretor do Exército. A cada etapa, aprofunda-se o nível de detalhamento.

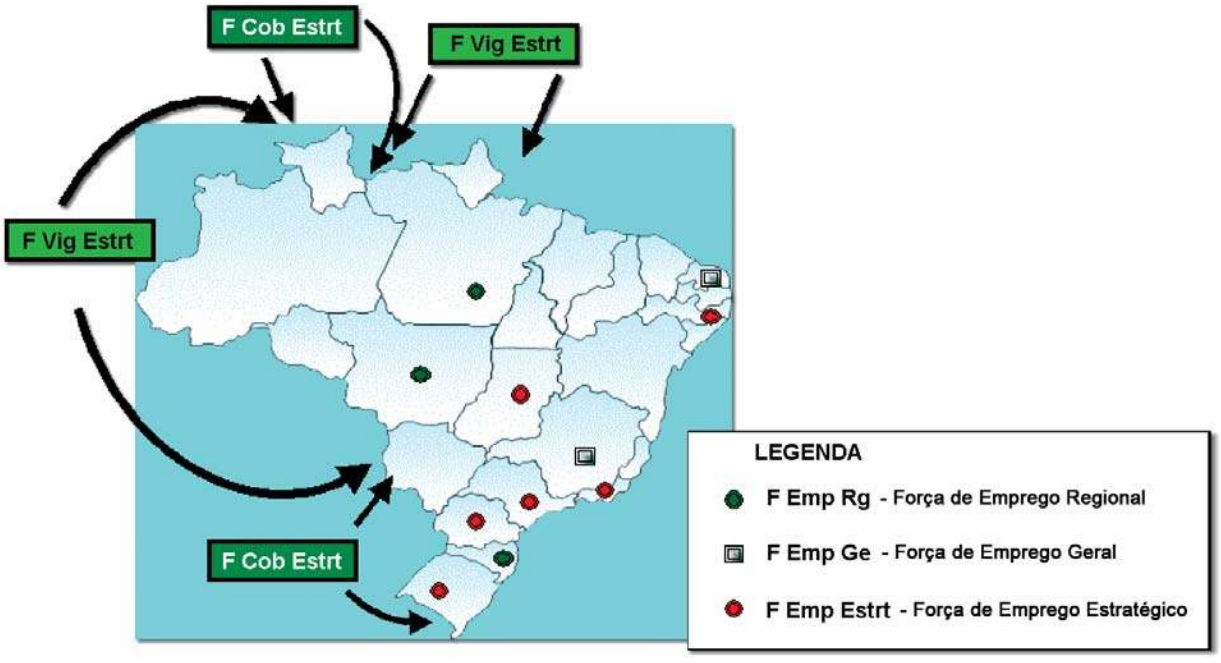
As Concepções Estratégicas apresentam as opções políticas adotadas para o emprego, a articulação, a organização, o preparo e a evolução da Instituição. É a concepção de emprego que condiciona as outras concepções.

O Brasil adota uma postura estratégica baseada na existência de uma estrutura militar com credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório. A postura estratégica do Exército deve permitir, pela reunião oportuna dos meios, configurar a força a ser empregada em função das características da missão a ser cumprida, tendo como base módulos de combate de tipo e natureza diversos - as brigadas.

O emprego do Exército deve ser progressivo, conforme a evolução da crise e/ou conflito armado. Assim, a Concepção de Emprego do Exército consiste em manter a Força Terrestre em condições de ser empregada com base na capacidade de forças militares localizadas próximas da região de ocorrência da crise (resposta imediata) e de forças militares dotadas de elevada mobilidade, flexibilidade e versatilidade que possam ser deslocadas prontamente de outra região (reação ampliada); e manter uma estrutura flexível que permita à Força realizar o deslocamento e a concentração estratégica, de forma a obter a superioridade decisiva sobre o oponente.

Essa concepção permite rapidez na reação diante de uma situação de conflito, engajamento progressivo e flexibilidade e versatilidade nos planejamentos. A evolução da estrutura do Exército, do estado de paz para o de conflito armado/guerra, dar-se-á de acordo com as peculiaridades da situação apresentada e de uma maneira seqüencial. Essa forma atende às necessidades presentes com demandas de recursos muito menores que os de tempo de guerra e, por meio de uma estrutura preparada para crescer por mobilização, ser capaz de enfrentar conflitos prolongados.

O Exército encontra-se presente em todo o território nacional, de acordo com a Concepção Estratégica de Articulação, dividido em grandes grupos de emprego, onde as Forças de Segurança Estratégica (de Cobertura ou de


F Cob Estrt
F Vig Estrt
F Vig Estrt
F Cob Estrt
LEGENDA
F Emp Rg - Força de Emprego Regional
F Emp Ge - Força de Emprego Geral
F Emp Estrt - Força de Emprego Estratégico

Vigilância) estão ao longo da faixa de fronteira aprofundadas com as Forças de Emprego Regional. Além dessas, há as Forças de Emprego Estratégico localizadas de forma equilibrada em pontos lógicos para facilitar o deslocamento e a concentração em outras áreas. Inseridas nas Forças de Emprego Estratégico, encontram-se as Forças de Ação Rápida Estratégicas constituídas pelas Brigada de Infantaria Pára-quedista, Brigada de Operações Especiais, 11ª e 12ª Brigada de Infantaria Leve e do Comando de Aviação do Exército. Finalmente, localizadas no Núcleo Central e no Nordeste, mas não menos importantes, encontram-se as Forças de Emprego Geral com a atribuição de manterem-se prontas para serem adjudicadas ao Teatro de Operações.

Na Concepção Estratégica de Organização, entende-se que o módulo básico de combate da Força Terrestre é a brigada. São de tipos e natureza diversos e podem ser enquadradas por divisões de exército, de modo a aproximar-se ao máximo da estrutura militar prevista para o estado de conflito armado/guerra. Na organização, é considerada a proporção entre os efetivos distribuídos entre a atividade-fim e a atividade-meio, efetivos de temporários e do núcleo-base e a estrutura e a dimensão da alta-administração do Exército.

Quanto aos sistemas, a opção adotada foi uma organização em que o preparo, o emprego e a administração geral, embora concebidos e dirigidos pelo Comandante do Exército, são conduzidos de maneira descentralizada por meio de uma administração federativa (a estrutura que compreende os Comandos Militares de Área e os Órgãos de Direção Setorial [ODS]).

As ações de preparo caracterizam-se por serem medidas contínuas, nos campos do pessoal e do material, sobretudo na instrução e adestramento, na dotação de meios, na distribuição do pessoal e na mobilização. Todas com o objetivo de contribuir para que as Organizações Militares da Força Terrestre estejam em condições de participar de operações de guerra, de acordo com a Concepção de Estratégica de Emprego.

O Exército do Futuro é a imagem do final de um processo de evolução, quando a Força será caracterizada pelo elevado nível de adestramento e líderes dotados de grande iniciativa, pelas estruturas modernas dos módulos básicos de combate constituídos por brigadas leves, médias e pesadas, e pela dotação de material de emprego militar de elevado valor tecnológico.

Para indicar o "como fazer" e materializar as Concepções Estratégicas, são emitidas as Diretrizes Estratégicas, divididas em Executivas, Normativas e Organizadoras dos Sistemas - conforme o assunto regulado. As Executivas orientam o processo de mudança e constituem um conjunto de instruções, onde são propostas ações concretas e definidas responsabilidades e estabelecidas metas de curto, médio e longo prazo para permitir a evolução da Força. São Diretrizes Executivas a de Reestruturação, a de Reaparelhamento e a de Ciência e Tecnologia.

As Diretrizes Normativas transmitem as orientações do Comandante do Exército e estabelecem procedimentos para o emprego da Força Terrestre e demais organizações militares em situações específicas, tais como o emprego na garantia da lei e da ordem e nas atribuições subsidiárias.

Além das duas anteriores, há as Diretrizes Estratégicas Organizadoras dos Sistemas, com a finalidade de estabelecer e regular, se for necessário, os sistemas de atividades e os sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão.

PLANOS

Uma vez estabelecidas as diretrizes, é elaborado então o Plano Diretor do Exército (PDE), que inclui o Livro de Prioridades, os Planos Estratégicos, os Planos Básicos e os Planos Setoriais. O PDE tem por finalidade dar conseqüência ao planejamento estratégico; traduzir as necessidades do Exército em ações fisicamente quantificáveis e tornar mais eficaz a administração e proporcionar a sua continuidade.

O Livro de Prioridades ordena o atendimento das necessidades, sejam elas de Material de Emprego Militar ou de pessoal. Além dessas prioridades, englobam os níveis de completamento, a relação de MEM essenciais, o

calendário para a reestruturação das OM e o calendário geral de planejamento, programação e orçamento.

Os Planos Estratégicos, elaborados pelo EME, detalham o conjunto de instruções determinantes imposto pelas Diretrizes Estratégicas em programas, projetos e objetivos. Está prevista a existência do Plano Estratégico de Reestruturação, de Reaparelhamento e de Ciência e Tecnologia, no entanto outros planos poderão ser elaborados.

Atualmente, em razão da nova Estratégia Nacional de Defesa (END), o Estado-Maior do Exército está no processo de formulação das novas diretrizes e planos estratégicos. Dessa forma, será preparado o planejamento para atender a quatro programas mobilizadores:

• Programa Amazônia Protegida, definido pelas ações estratégicas que desenvolvam a capacidade do Exército no âmbito do Comando Militar da Amazônia;

• Programa Mobilidade Estratégica, definido pelas ações estratégicas que proporcionem meios modernos ao Exército, atendendo aos princípios da mobilidade e da flexibilidade;

• Programa Combatente Brasileiro do Futuro, definido por ações estratégicas que visem dotar o combatente com equipamento de tecnologia mais avançada e maior poder de combate;

• Programa Mobilização, definido pelas ações estratégicas que permitam o crescimento rápido e coordenado das estruturas e meios do Exército quando da mobilização.

Os objetivos dos Planos Estratégicos são novamente detalhados nos Planos Básicos até se chegar às Ações a Realizar, que são de responsabilidades de cada Órgão de Apoio Setorial (Diretorias). Com isso se chega às Necessidades Gerais do Exército (NGE) quanto aos investimentos a serem realizados para os anos vindouros.

Os Planos Setoriais, elaborados pelos Órgãos de Direção Setorial, consolidam as necessidades das OM, Regiões Militares e setoriais dos ODS, abrangendo as demandas não especificadas nos Planos Básicos. Essas necessidades se constituirão em subitens das NGE.

PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

O planejamento administrativo é decorrente do planejamento estratégico do Exército. A ligação entre as duas fases se dá por meio das Necessidades Gerais do Exército, que consolidam as informações oriundas do Plano Diretor.

As NGE listam todas as necessidades da Instituição que possam ser atendidas no horizonte temporal de curto prazo (quatro anos), sem levar em consideração a limitação de recursos financeiros. Todas as Ações a Realizar dos Planos Básicos e Setoriais, que demandarem dispêndio de recursos financeiros, tornar-se-ão itens e subitens das Necessidades Gerais do Exército.

As NGE são submetidas ao processo orçamentário governamental, de onde serão alocados os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do Exército.

Por tudo isso, o SIPLEx reformulado mostra-se como ferramenta poderosa para que o Exército responda rapidamente às novas demandas de planejamento do Governo. A consistência metodológica, a avaliação detalhada e as definições estratégicas permitem a elaboração de planos eficazes para a evolução da Força Terrestre de acordo com a estatura do Brasil.

A Gaita de Foles no Exército Brasileiro

O INSTRUMENTO

A Gaita de Foles é um instrumento milenar de sopro indireto e de som contínuo. Define de maneira genérica um grupo de instrumentos de ar, os quais tocam continuamente sem a necessidade de pausa para o músico respirar. Existem 180 tipos de gaita, com sonoridades, nomes e aspectos diferentes, variando de acordo com o lugar e país.

Em época próxima ao seu surgimento era feita de couro de cabra, madeira e caniços.

HISTÓRICO

É extremamente polêmica a discussão sobre as origens do instrumento, pautada por diferentes teorias. Contudo, é aceito por muitos que sua provável gênese tenha se dado no Mediterrâneo ou no Oriente Próximo, onde havia farta matéria-prima e onde o instrumento proliferou em variedades.

A partir de então, a polêmica se torna maior ainda quando debate-se sobre sua difusão. Alguns crêem que o Império Romano a tenha disseminado pela Europa, conforme os registros dos Século I e II d.C. do historiador romano **Gaio Suetônio Tranquilo** e do filósofo grego **Dio Crisóstomo** sobre um instrumento semelhante, utilizado por soldados durante marchas e momentos de lazer.

No Século IXX, foi introduzida no Império Britânico pela Rainha Vitória, que determinou a criação de um grupo de Gaita de Foles e Tambores (*Pipes and Drums*) à Guarda do Palácio de Buckinham. Posteriormente, ordenou que em todos os Regimentos fosse criado um grupo similar com objetivo de preservar a tradição e abrilhantar o cerimonial militar.

A partir daí, o emprego da Gaita de Foles difundiu-se em várias partes do mundo, principalmente nos países que tiveram sua colonização ligada ao Império Britânico.

A VINDA PARA O BRASIL

Relatos históricos sobre o primeiro instrumento musical de origem européia a chegar ao Brasil indicam que esse tenha sido uma Gaita de Foles[1] (do tipo portuguesa). Pelo menos, é isso o que consta da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal quando do descobrimento do Brasil, o que faz de nosso País o primeiro país do "novo mundo" a ter recebido dos europeus uma gaita de foles.

> *... "E viemo-nos às naus, a comer, tangendo trombetas e gaitas, sem os mais constranger. E eles tornaram-se a sentar na praia, e assim por então ficaram..."*
>
> *... "E levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se a dançar com eles, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita..."*
>
> (Carta de Pero Vaz de Caminha ao El'Rei de Portugal D. Manuel, 1º de maio de 1500).

[1] Gaita de foles: esse é o termo correto para o Português brasileiro, conforme o Dicionário Aurélio.

Até meados do Século XIX seguem os relatos de que a Gaita de Foles portuguesa vinha sendo tocada no Brasil. A ilustração ao lado ("Congada Dance in Rio", 1830), de Rugendas, mostra um escravo tocando aquele tipo de gaita.

AS GAITAS DE FOLES NO EXÉRCITO BRASILEIRO

No Brasil, as modernas gaitas de foles, do tipo escocesas, as *Great Higland Bagpipes*, chegaram em 1951, com a doação da Marinha Real Britânica à Marinha do Brasil por ocasião da incorporação do cruzador "Tamandaré", à época recém adquirido da Inglaterra e incorporado à frota naval brasileira. Daí vem a origem das já tradicionais gaitas de foles da conhecida Banda dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

A primeira Banda de Música do Exército Brasileiro a utilizar a Gaita de Foles, em sua formação, foi a Banda de Música da Brigada de Infantaria Pára-quedista que, nos idos de 1987, recebeu quatro dessas gaitas, semelhantes as já em uso pelos Fuzileiros Navais. O emprego dessas gaitas foi mais intenso até por volta do ano de 2002.

Banda de Música da Brigada de Infantaria Pára-quedista

Recentemente, foi autorizada a aquisição de novas Gaitas de Foles - do tipo "*Great Highland Bagpipes*" - as quais foram incorporadas nas bandas de música do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília e do Colégio Militar de Brasília.

O BGP recebeu oito Gaitas de Fole com o principal objetivo de destacar e abrilhantar as atividades do cerimonial militar da Presidência da República e do Exército Brasileiro. Estes instrumentos foram incorporados de forma harmônica à Unidade, enriquecendo ainda mais o culto às suas tradições históricas.

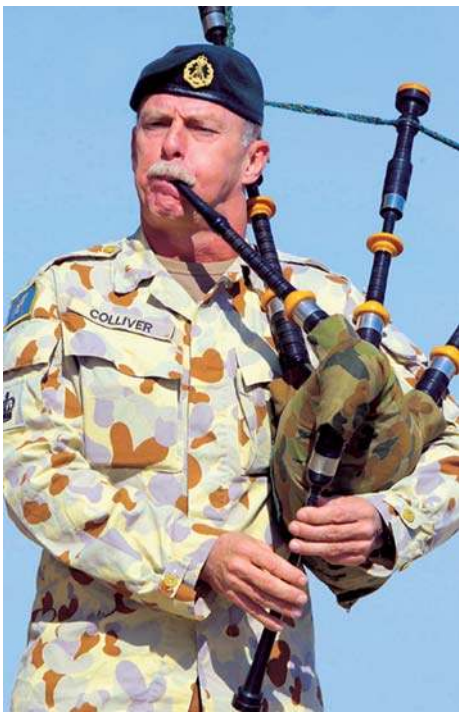
A primeira apresentação da Banda de Música do BGP aconteceu na solenidade comemorativa dos 185 anos de criação do Batalhão, em julho de 2008, quando um grupo de 08 "Granadeiros", trajando seus uniformes históricos, anunciaram "com suas gaitas" a entrada do Estandarte Histórico do Batalhão.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Apesar de serem atípicas quanto aos demais instrumentos musicais de uma banda de música militar brasileira, que são predominantemente compostas por instrumentos de sopro e percussão, a gaita de foles guarda uma relação muito forte com os exércitos e com as batalhas. Tanto é assim que, na Europa, até os dias atuais, mormente no Reino Unido e particularmente na Escócia, são preservadas bandas de gaitas de foles somadas à percussão (*Pipes and Drums*).

Reintroduzidas nas bandas de música do Exército Brasileiro, as gaitas de foles exigem perícia e sentimento dos músicos que as tocam. É conveniente destacar que, o trabalho até o momento realizado, está baseado em conhecimentos superficiais adquiridos de maneira informal e pesquisas realizadas pelos militares envolvidos no processo.

Assim, em face de um bom desempenho depender de tantas particularidades técnicas, nada obsta que o Exército Brasileiro venha criar condições reais para a aquisição de conhecimentos técnicos quanto à aplicação, uso e manutenção das gaitas de foles.



Gaiteiro australiano em uniforme de campanha. Observe que a "vestimenta" ou "capa" de seu "fole" ou "bolsa" é em padrão camuflado.

Nossas OM: 18º BI Mtz

Vista aérea do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado

A história do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado (18º BI Mtz) remonta ao ano de 1772, quando foram criados e organizados os Regimentos de Infantaria de Linha do Maranhão e de Santa Catarina. Em 19 de abril de 1851, esses Regimentos deram origem ao 14º Batalhão de Caçadores que, em 30 de novembro de 1852, deu origem ao 13º Batalhão de Caçadores (13º BC).

O 13º BC destacou-se na guerra contra o ditador argentino Rosas em 1852, quando teve seu batismo de fogo. Imortalizou-se pela impetuosidade, o que lhe valeu o apelido de "Arranca-Toco", bradado até hoje pelos integrantes da Unidade.

Combateu também na Guerra da Tríplice Aliança, destacando-se na Batalha do Passo da Pátria, onde foi a vanguarda das tropas aliadas; e na Batalha de Tuiuti, em 1866, integrando a Divisão do General Argolo. Mais tarde, tais ações vieram a lhe conferir a denominação histórica de "Batalhão Passo da Pátria".

Em 12 de agosto 1870, o 13º BC foi transformado em 13º Batalhão de Infantaria Ligeira e, pelo Decreto nº 10.097, de 1º de dezembro de 1888, passou a designar-se 30º Batalhão de Infantaria (30º BI), instalando-se em Porto Alegre. O 30º BI lutou na Revolução Federalista de 1893 e na Campanha de Canudos.

Em 1908, o Exército Brasileiro passava por profundas transformações com o Plano de Reorganização do Exército, baixado pelo Decreto nº 1860, de 4 de janeiro. As 4ª Companhias do 3º e do 30º Batalhões de Infantaria formaram, em 28 de novembro – data oficial em que é comemorada o aniversário do 18º BI Mtz –, o 28º Batalhão do 10º Regimento de Infantaria, com sede em São Gabriel (RS). Essa Unidade transferiu-se para Porto Alegre em 17 de julho de 1911, e tomou parte, de 1912 a 1917, na Campanha do Contestado.

Desfile Militar

Pelo Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919, foi o 28º Batalhão do 10º Regimento de Infantaria transformado em 7º Batalhão de Caçadores que, tendo conquistado a simpatia e a admiração do povo porto-alegrense, recebeu o apelido "Batalhão da Cidade". Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o 7º BC contribuiu com oficiais e Praças voluntários para a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A 29 de janeiro de 1949 foi extinto o 7º BC, sendo, na mesma data, criado o 18º Regimento de Infantaria (18º RI) no aquartelamento do Bairro Partenon, em Porto Alegre. Em 1959, 1963 e 1967, a Organização Militar foi designada para constituir o Contingente do Exército Brasileiro da Força Internacional de Emergência da Organização das Nações Unidas na região do Canal de Suez.

Com a Portaria Ministerial Reservada nº 025-DF, de 24 de julho de 1972, o 18º RI foi transformado no 18º Batalhão de Infantaria Motorizado.

Em 17 de novembro de 1988 foi concedido ao 18º BI Mtz a denominação histórica "Batalhão Passo da Pátria" e, em 28 de novembro, como reconhecimento do Exército e da Pátria, a Unidade recebeu seu Estandarte Histórico.

O ESTANDARTE

É constituído por um campo de verde com dois fuzis cruzados, representativo da arma de Infantaria; na parte superior uma trompa com o número 13, lembrando o 13º BC; no escudo português um campo de vermelho, do sangue dos que antecederam os atuais integrantes, carregado de uma maça de ouro, símbolo do poder ofensivo de combate e da destruição do inimigo; as setas de prata relembram as seis subunidades que formaram o 13º BC e traduzem também a rapidez que operam as atuais subunidades do Batalhão; as inscrições: Cisplatina, Paysandú, Estero Bellaco, Tuiuti, Humaitá, Itororó, Lomas Valentinas, Angustura, Avaí, Peribebuí, Campo Grande e Cerro Corá representam os principais feitos de armas na história do Batalhão.

O AQUARTELAMENTO

Com instalações recentemente construídas e com obras ainda em andamento, a Unidade destaca-se pela organização e beleza. Além do Pavilhão de Comando, o 18º BI Mtz conta com quatro prédios já terminados para três Companhias de Fuzileiros e uma Companhia de Comando e Apoio. Conta ainda com uma Vila Militar, perfazendo um total de nove blocos de seis apartamentos e uma casa do Comandante do Batalhão, proporcionando para seu efetivo de oficiais, subtenentes e sargentos, além da moradia, uma excelente estrutura de lazer com churrasqueiras, salão de jogos, salão de festas e *playground*.

Com uma área de aproximadamente 564.000 m2, o Campo de Instrução Passo da Pátria, localizado junto à área edificada da Unidade, agrega todos os subsídios necessários para a realização de grande parte dos exercícios militares da Organização Militar. Possui várias pistas construídas, tais como pista de cordas, de combate a baioneta e de obstáculos.

O estande de tiro do 18º BI Mtz conta com uma linha de tiro de pistola dotada de túneis individuais de 25 metros e uma linha aberta de 50 metros para tiro de fuzil e de tiro prático, resultando em uma das melhores estruturas na região.

A Unidade concluiu no ano de 2005 a migração eletrônica para *software* livre em seus servidores e estações. A rede do Batalhão é híbrida, composta por três partes: uma via cabo UTP, uma via *wirelless* e uma de fibra ótica; e dispõe de um sistema de Internet via rádio e um sistema GESAC.

Ainda possui uma sala de aula com nove computadores com finalidade de realizar estágios de adaptação ao sistema *Linux* direcionado ao público interno, além disso, atende a formação em ambiente *Windows* e *Linux* de crianças do Projeto Criança/Pelotão Esperança.

FATOS RECENTES

O 18º BI Mtz realizou a mudança de seu aquartelamento de Porto Alegre para Sapucaia do Sul (RS) durante o ano de 2001.

Em junho de 2004, o "Batalhão Passo da Pátria" pôde, mais uma vez, prestar sua valorosa contribuição para a história do Exército Brasileiro enviando uma Companhia de Força de Paz, composta por 116 militares, que participou do 1° contingente integrante da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Em dezembro de 2007, a Unidade participou da Operação Fronteira Sul. Coube à Subunidade de Operações Especiais (SUOPES) do Batalhão o patrulhamento fluvial das lagoas Mirim e Mangueira, próximas à reserva Ecológica do Taim, no sul do Estado. Nesse trabalho, desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Marinha

Alistamento Militar

do Brasil, foram realizadas diversas apreensões, com destaque para mais de 5.000 ovos de tartaruga em um cativeiro clandestino na Ilha da Lagoa Mirim.

O 18º Batalhão de Infantaria Motorizado busca, constantemente, a aproximação com as comunidades de Sapucaia do Sul e de Esteio. Entre as várias ações que desenvolveu ao longo do ano, destacam-se as campanhas do agasalho, do quilo e da árvore. Na campanha do agasalho de 2007, destacou-se no âmbito Comando Militar de Área, arrecadando mais de 20.000 itens e direcionando as doações para a comunidade das cidades de Sapucaia do Sul e Esteio. A campanha do quilo não foi diferente, com a arrecadação de oito toneladas de alimentos não-perecíveis que também são distribuídos para a população local. Na campanha da árvore, o Batalhão, por meio de doações, plantou mais de 1.800 mudas de árvores nativas.

Em eventos realizados em parceria com a Prefeitura de Sapucaia do Sul, o 18º BI Mtz sempre contribuiu com o valor de seus integrantes, enviando sua equipe de saúde para dar suporte e ministrar instruções para a população.

Em datas comemorativas, como o Dia do Exército, o Dia do Soldado e o Dia das Crianças, o Batalhão desenvolve uma série de atividades em escolas da comunidade, bem como recebe estudantes em sua sede, para as quais realiza exposições de materiais e palestras.

Conforme suas possibilidades, a Unidade realiza serviços em entidades públicas locais, como por exemplo, a pintura do Colégio Guianuba, de Sapucaia do Sul, que teve suas salas de aula reformadas por integrantes do "Batalhão Arranca-Toco".

Com entidades civis dos municípios de Sapucaia do Sul e Esteio, o 18º BI Mtz ainda desenvolve o Projeto Criança/Pelotão Esperança, por meio do qual cerca de 40 jovens em situação de risco social, entre 13 e 16 anos de idade, realizam cursos técnicos de informática, padaria, mecânica, marcenaria e horticultura, além de receberem instruções de civismo.

CONCLUSÃO

Ao longo de sua história, o 18º Batalhão de Infantaria Motorizado atendeu sempre com presteza ao chamado da Pátria e seus integrantes souberam honrar e elevar o nome do Exército Brasileiro e do Brasil. Invocando os antecessores do 13º BC, a Unidade se prepara para comemorar seus centenário bradando, em voz alta:

ARRANCA-TOCO! BRASIL!

Orientação sobre primeiros socorros

Pelotão Esperança

Instrução de tiro

4º BPE

Troféu Ouro
no Prêmio da Qualidade e Gestão de Pernambuco (PQGP)

O 4º Batalhão de Polícia do Exército (4º BPE) é um dos cinco Batalhões de Polícia do Exército Brasileiro e o único situado no Norte-Nordeste. Teve seu embrião no Pelotão de Polícia, criado em 18 de fevereiro de 1950, em conseqüência das experiências na II Guerra Mundial.

Em 01 de janeiro de 1957, o Pelotão de Polícia recebe a denominação de 7ª Companhia de Polícia do Exército, ocupando um dos galpões onde hoje se localiza o 7º Depósito de Suprimentos, no bairro da Cabanga, no Recife.

No dia 21 de agosto de 1969, foi criado o 4º Batalhão de Polícia do Exército e ocupou suas instalações na cidade de Olinda, em 01 de julho de 1970.

Em 1996, o 4º Batalhão de Polícia do Exército recebeu a denominação histórica de "Batalhão João Fernandes Vieira" em homenagem ao herói da resistência ao jugo do invasor na primeira e na segunda Batalha dos Guararapes, em 1648 e 1649 respectivamente, liderando violenta perseguição até a derrota final dos invasores de Pernambuco.

A construção do novo aquartelamento do 4º BPE foi iniciada em 20 de setembro de 1999, no km 06 da Rodovia BR-232, no bairro do Curado, Recife. Terminada a construção, iniciou-se a mudança do Batalhão em 10 de março de 2003 e inaugurou suas atuais instalações em 04 de abril daquele ano.

Recebimento da premiação

Fachada do 4º BPE

MISSÃO

• Conduzir ações tipo Polícia em proveito da Força Terrestre, suas autoridades, instalações e seu patrimônio. Quando solicitado pelas autoridades constituídas e, mediante ordem do Comandante do Exército, realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

• Conduzir a 1ª fase da formação dos Sargentos de Carreira do Exército Brasileiro.

• Conduzir cursos e estágios nas áreas de interesse da Polícia do Exército.

VISÃO DE FUTURO

• Tornar o 4º Batalhão de Polícia do Exército uma tropa referência em operacionalidade no âmbito do Comando Militar do Nordeste, pela pronta resposta, pelo alto nível dos equipamentos e pelo avançado adestramento de sua tropa.

• Operacionalizar seu sistema gerencial pelo aprimoramento contínuo das ferramentas do Sistema de Excelência no Exército Brasileiro, a fim de tornar-se uma Unidade modelo em Qualidade na Força.

• Ser uma Organização Militar reconhecida no sistema de ensino do Exército pela excelência do Curso de Formação de Sargentos e dos outros cursos e estágios ministrados na Unidade.

HISTÓRICO DA BUSCA PELA EXCELÊNCIA

Atendendo à diretriz do Comandante do Exército, por intermédio da Portaria Nº 191, de 17 de abril de 2003, cuja essência é a obtenção de padrões de desempenho com excelência, o 4º BPE, iniciou o projeto de implantação do Programa Excelência Gerencial, em abril de 2003, utilizando as ferramentas da Qualidade Total.

Possui sistematizadas, trimestralmente, auditorias internas sobre a ferramenta "5S" e Gestão pela Qualidade

Seleção

Organização

Limpeza

Premiação auditoria de qualidade

Total (busca do erro zero e gerenciamento dos processos), estas realizadas por equipes de colaboradores qualificados, desde o ano de 2003. Estas ações são coordenadas pelo Escritório de Assessoria de Gestão/4º BPE, e também a realização de Auto-Avaliações continuadas da Gestão utilizando o Instrumento de Avaliação da Gestão Pública.

Ressalta-se a utilização do SOL (Sensos de Seleção, Ordenação e Limpeza do "5S"), que agregou muitos benefícios no dia-a-dia da Unidade como: liberação do espaço, eliminação dos documentos e dos materiais desnecessários, redução do tempo de procura de documentos diminuindo o cansaço físico e mental, facilidade no controle da documentação, boa apresentação do ambiente de trabalho, eliminação de desperdícios, cultura da higiene, dentre outros.

PREMIAÇÕES RECEBIDAS PELA UNIDADE

Em 2005, a Unidade foi premiada com o Troféu Bronze do Prêmio da Qualidade e Gestão Pernambuco (PQGP) do Programa Pernambucano da Qualidade (PROPEQ). Recebeu o certificado de participação no Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF), em 2004 e 2005, e foi premiada com o Troféu Prata do PROPEQ, em 2007.

PREMIAÇÃO OURO (PROPEQ/ 2008)

O programa existe há dez anos e tem como foco a busca da melhoria contínua nas organizações. O prêmio é o maior reconhecimento estadual às organizações que investem na melhoria contínua da qualidade da gestão.

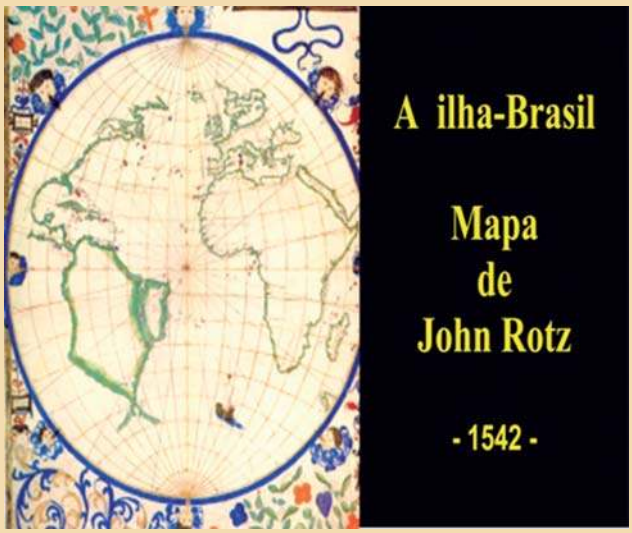
Os parâmetros para entrega da premiação seguem recomendação da Fundação Nacional da Qualidade, que estipula pontuações para cada estágio de desenvolvimento das ações de gestão da qualidade nas organizações, de forma que as empresas não concorram entre si.

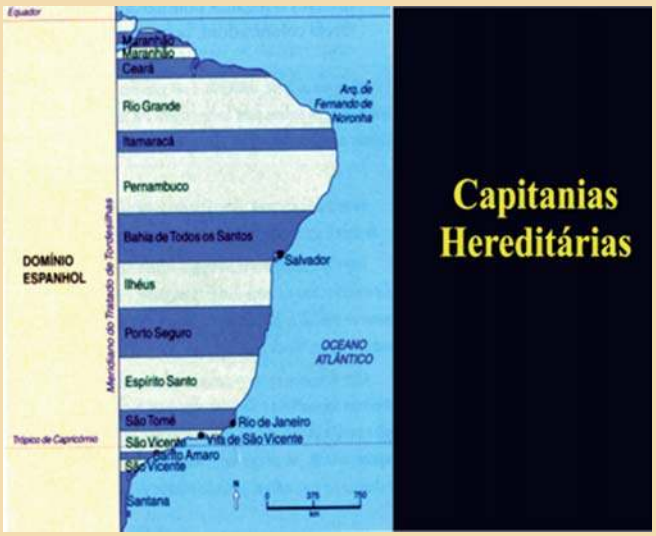
Ao longo de oito meses, as participantes foram avaliadas pelo PROPEQ, a partir de oito critérios do Modelo de Excelência de Gestão, quais sejam: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

Pela primeira vez, a mais alta das três condecorações, o Troféu Ouro, foi entregue a uma organização militar. Aproveitando as oportunidades de melhorias identificadas durante outros ciclos do PQGP, e investindo de forma contínua na qualidade de suas práticas de gestão, o 4º Batalhão de Polícia do Exército fez o dever de casa e levou o único Ouro deste ano.

Os Primórdios das Fortificações no Brasil

Gen Bda R/1 Valmir Fonseca Azevedo Pereira





SENTINELAS HISTÓRICAS

Quando nos deparamos com as magníficas muralhas das impávidas fortificações, que ornam o território nacional, não podemos deixar de imaginá-las como majestosas e silentes sentinelas.

Muitas batalharam. Seus canhões rugiram, rechaçaram atacantes. Suas guarnições lutaram, venceram e, por vezes, pereceram. Outras se quedaram invictas, não protagonizaram uma batalha sequer, como o monumental Forte Príncipe da Beira. Não foi preciso. Sua imponência impunha respeito. Essa era uma das suas finalidades. Assim, afugentaram aventureiros e usurpadores.

A fim de defender o imenso território legado pela Bula Papal de 1493 e pelo Tratado de Tordesilhas (1494), os portugueses procuraram proteger, militar e politicamente, aquele imensurável espaço. Começaram, então, a levantar fortificações em pontos-chaves da extensa terra brasílica.

Todavia, até o fim do reinado de Dom **Manuel**, em 1521, a Colônia praticamente nada significara para a corte portuguesa, atitude que se modificaria sob o reinado de Dom **João** III.

Somente após a chegada no Brasil do Primeiro Governador-Geral do Brasil, **Tomé de Souza**, em 1549, é que a verdadeira colonização teria início e, com ela, a preocupação com a defesa da Colônia.

As Fortalezas, Fortes, Fortins, Redutos, Baluartes, Baterias, Castelos, Entrincheiramentos, Palácios, Atalaias, Casas-Fortes, Presídios, Diques, Portas e, mesmo simples Vigias, fazem parte do rol de edificações que visavam a defesa das terras brasileiras.

Por suas grandiosidades e imponências visavam infundir respeito, atuando como dissuassores às pretensões inimigas. Esta era uma das finalidades das inúmeras Fortalezas, Fortes, Fortins e edificações que proliferaram no território nacional, na sua extensa costa, no interior de algumas cidades, aprofundando a defesa local; nas suas fronteiras, e em sítios estratégicos ao longo de diversos rios.

EPOPÉIA

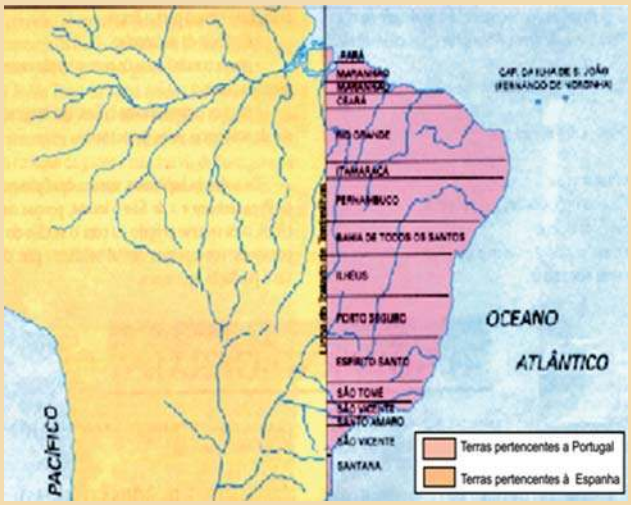
Após a descoberta, mesmo antes do início da colonização portuguesa, aportaram aventureiros europeus nas inóspitas e virgens terras da nova colônia. Os corsários, que agiam a coberto de "carta de corso", fornecida por um rei ou governo; piratas, sem lei e nem bandeira; contrabandistas de pau-brasil, e outros produtos, já em 1504 aportavam e assolavam as costas brasileiras.

O abandono inicial da Colônia, em especial durante sua divisão territorial em Capitanias Hereditárias, permitiu que as regiões norte e nordeste fossem exploradas por forasteiros, que estabeleciam suas bases, em pontos comerciais.

De 1500 a 1650, movidos por interesses comerciais e motivações políticas e religiosas, em especial após 1580, com a união das coroas de Lisboa e de Madri, os Países Baixos, a França e a Inglaterra, inimigos da Espanha, creditaram-se autorizados a hostilizar os ibéricos em suas colônias americanas.

Desse modo, franceses, holandeses, ingleses, e toda a sorte de aventureiros e exploradores da terra, indivíduos sem compromisso com a colonização, extraiam o que podiam, mas enfrentavam, inicialmente, a ferocidade dos indígenas e, depois, dos portugueses, ciosos em expulsá-los de sua nova colônia.

INCURSÕES ESTRANGEIRAS



Nosso foco, objetiva ressaltar a importância daqueles pontos fortes iniciais, alguns construídos por estrangeiros, outros pelos lusitanos, e foram aquelas bastidas disputadas a ferro e fogo, tanto pelos lusitanos, determinados em expulsar os estrangeiros, como por estes, ainda motivados, não apenas no prosseguimento de suas operações ilegais, mas, inclusive substituir aos portugueses como os proprietários das novas terras, como foi o caso dos franceses, a partir de 1503.

No período colonial, inúmeras expedições exploratórias francesas foram direcionadas para o Brasil. Culminando com a investida de **Villegaignon** em 1555, para a instauração da França Antártica (1555-1567), no Rio de Janeiro e, posteriormente, no Maranhão para a criação da França Equinocial (1612 -1615), e se estendeu até 1711 e 1712 por ação, respectivamente, de corsários como **Du Clerc** e **Duguay-Trouin**.

É oportuno lembrar que, **Francisco** I, rei da França, jamais reconheceu a divisão do mundo, decidida em 1494, razão pela qual a realeza estimulava aos armadores franceses a se instalarem no Brasil, e a organizarem um comércio intensivo com a metrópole francesa e a empreenderem ataques corsários contra as naus portuguesas.

As expedições Guarda-Costas enviadas por Portugal visavam, principalmente, conter as incursões francesas, como foi o caso da comandada por **Cristóvão Jacques** em 1526 e a expedição de **Pero Lopes**, em 1532.

As tentativas holandesas seguiram no geral, idêntico roteiro, amiudando-se a partir de 1580, quando da união das Coroas de Portugal e Espanha. Portugal, em conseqüência, herdou as hostilidades que a Espanha detinha com os Países Baixos, devido às pretensões religiosas de **Felipe** II, rei da Espanha, de impor no seu imenso reino um só credo.

A paz costurada em 1609, entre Holanda e Espanha, esta sob o reinado de **Felipe** III, que governava também Portugal, prevendo uma trégua de 12 anos, não excluía ações contra as colônias portuguesas, o que passou a ocorrer a partir de 1616, repetindo - se em 1619, prática que recrudesceu com a criação da Compainha das Índias Ocidentais, em 1621, para explorar o comércio com a América e com a África, nos mesmos moldes do desenvolvido pela Compainha das Índias Orientais, que auferia substanciais lucros no comércio com a Índia.

As incursões inglesas foram esporádicas e, excetuando-se as tentativas de fixação na Ilha de Trindade e nas margens de rios do baixo Amazonas, sua presença limitou-se aos ataques piratas na Bahia, em 1524.

PESQUISA

Ao lançarmos uma atenção especial sobre aquelas edificações que caracterizam o início do afortalezamento das plagas nacionais, destacamos que os mais importantes, baluartes da defesa territorial, são monumentos de engenharia, encaixam-se no contexto do terreno, ocupando privilegiada postura estratégica, aspectos que sublinham a excelência da visão militar lusitana.

Redutos, Entrincheiramentos (Tranqueiras, para muitos), e mesmo Baterias, guarneceram as plagas brasileiras e cumpriram sua missão. Contudo, pouco se sabe sobre elas, restando tão somente fugazes alusões, de algumas, nem isto.

Ao longo da história, encontramos as Vigias (atalaias), os Presídios (alguns fortificados), as Casas Fortes e as Portas da Cidade. As demais, as "Fortalezas", "Fortes" ou "Fortins", podem ter suas nominações questionadas, pois variados pesquisadores utilizam diferentes denominações para classificar uma "Fortificação".

Nosso enfoque está limitado ao período entre 1500 e 1610, isto é, após o descobrimento, até os albores das tentativas holandesas de ocupação do território nacional, quando a defesa do Brasil passou a exigir a instalação de edificações mais coadunadas com as pretensões e o poder militar dos holandeses.

À época, final do Século XVI, já era visível para Portugal, as possibilidades econômicas da Colônia e, apesar das dificuldades que atravessava, impunha-se o estabelecimento de defesas que lhe garantissem a posse da terra.

No Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e Ceará, em Pernambuco e Sergipe, na Paraíba e Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro era amiudada a presença de contrabandistas de drogas vindos da Europa.

Entre 1571/1610 partiram do Le Havre, rumo ao Brasil, 168 navios, além dos zarpados de Rouen, Honfleur, La Rochelle e Dieppe.

No período, de acordo com o historiador **Pandiá Calógeras**, poderia haver dúvida se o Brasil se tornaria francês ou permaneceria lusitano, tão forte era a pressão exercida pelos franceses.

A presença francesa era significativa, principalmente, na Paraíba.

Assim, tanto os estrangeiros europeus, como os primeiros desbravadores portugueses foram acossados sem quartel, por temíveis grupos indígenas, e para sua defesa estabeleceram os primeiros pontos de defesa. Entretanto, aqueles baluartes proporcionavam, ainda, a proteção de uns, contra os outros brancos. Os estrangeiros, para a salvaguarda de seu comércio, considerado ilegal pelos portugueses, e estes, para o estabelecimento dos primeiros núcleos populacionais que efetivariam a posse lusitana.

VALOR DOS PONTOS FORTES

Muitos desses propugnáculos possuíam melhor estrutura e uma estudada localização, pois dominavam uma região, servindo de ponto de partida e de apoio para novas incursões, e para a expansão da área ocupada.

Destacamos aqui, apenas alguns daqueles bastiões, que servindo como rudimentar barreira e virtual proteção dos novos visitantes das terras brasileiras, devido aos ataques dos silvícolas ou mesmo de seus opositores brancos, foram aperfeiçoados e armados para repelir as agressões e, por isso, atingiram as características de pequenos fortes – os fortins.

Na sua maioria, eles desapareceram na poeira do tempo, foram de curta ou curtíssima duração. Outros perduraram durante um bom tempo, mas deles pouco ou nada restou. Entretanto, alguns foram aperfeiçoados ao longo dos anos por sua posição privilegiada. Foram reforçados tanto em matéria de construção como em poder bélico, e poucos, originados naqueles remotos tempos, ainda ornam o nosso cenário, como é o caso da magnífica Fortaleza de Santa Catarina do Cabedêlo, na Paraíba, que teve seu núcleo instalado em 1586, como uma das peças fundamentais para a expulsão dos franceses da Paraíba e para o combate aos indígenas potiguaras seus aliados.

O período entre o descobrimento e o início das atividades que culminaram com o início da 1ª tentativa holandesa de ocupação, isto é, de 1500 a 1610, é de extrema dramaticidade para o futuro da colônia, uma vez que Portugal, decididamente, não estava em condições, naquela quadra, de desenvolver a ocupação adequada da nova terra descoberta, de colossais dimensões.

Eles foram levantados não apenas no litoral, mas em inúmeros rios penetrantes para o interior da Colônia. Assim, dominavam sua foz e, freqüentemente, eram aprofundadas ao longo dos rios, de forma a impedir o acesso de seus inimigos.

Nosso foco, tendo em vista o elevado número de fortificações erigidas no período, será dirigido para a Capitania de Itamaracá, que desmembrada deu origem a Capitania do rio Paraíba, onde a intensa presença francesa preocupava a Capitania de Pernambuco (Nova Lusitânia), de onde partiram ao final do Século XVI cinco expedições portuguesas que objetivaram a conquista da Paraíba.

BATERIA DE LUCENA

A Bateria teria sido construída nos meados do Século XVI a cerca de 18 km da Foz do rio Lucena. Mais tarde foi abandonada. Hoje, nada resta.

FORTIM DA ILHA DA RESTINGA

Durante a campanha para a conquista da Paraíba, partiu de Olinda, em 1579, uma expedição armada pelo governo da Capitania de Pernambuco, sob o comando de **João Tavares**, que ergueu uma fortificação de campanha numa ilha (da Conceição ou da Restinga) de areia na foz do rio Paraíba do Norte, entre o Forte de Santo Antônio e o Forte do Cabedelo.

O Fortim da Ilha da Restinga serviu como base de apoio contra as investidas dos indígenas da região, tendo sido abandonado em seguida, quando os remanescentes da expedição se retiraram para Pernambuco.

Durante a 2ª Invasão holandesa (1630-1654) a Bateria da ilha da Restinga, em 9 de dezembro de 1634, caiu em poder dos holandeses.

Ocupada, foi reformada por determinação do Conde Maurício de Nassau.

FORTE DE SÃO FELIPE E TIAGO

O Forte foi construído pelo Capitão espanhol **Francisco de Castejón**, por determinação do Almirante Dom **Diogo Flores de Valdés**, em 1584, na margem esquerda do rio Paraíba do Norte, a cerca de 18 km de sua foz, em frente à ilha da Conceição e a uma légua acima do Forte de Santo Antonio, e foi denominado de Forte de São Filipe e Santiago, em homenagem ao rei de Portugal D. **Felipe** I, e ao Santo do dia.

O Forte foi concluído em maio de 1584, e **Castejón** seu primeiro comandante.

As intrigas entre Castejón e o Capitão-mor da Capitania da Paraíba, **Frutuoso Barbosa**, causaram a decadência e a ruína do Forte, permitindo que potiguaras e tupiniquins cercassem a praça, em fins de 1584, o que determinou o envio de Pernambuco, de uma 1ª expedição de socorro, comandada por **Martim Leitão**, no início (março) de 1585.

Martim Leitão expulsou os índios potiguaras que assediavam o Forte. Ao dirigir-se para Olinda em abril de 1585, os índios voltaram a ocupar o Forte que fora abandonado. **Martim Leitão** retornou, e apoiado pelos tupiniquins comandados por **João Tavares**, reocupou o Forte.

Entretanto, perduraram as desavenças entre Castejón, comandante do Fortim, e **Frutuoso Barbosa**. Posteriormente, **Frutuoso** foi substituído por Pero Lopes.

Por diversas vezes, os índios e os piratas franceses atacaram o Forte, mas foram repelidos. Tendo em vista o prosseguimento do assédio indígena, Castejón em julho de 1585, alegando não haver alimentos, evacuou o Forte e retraiu para Itamaracá. Na verdade, o espanhol havia fugido e, em conseqüência, os espanhóis da guarnição julgando-se abandonados, jogaram os canhões ao mar, destruíram a fortificação e incendiaram o arraial.

Posteriormente, Martim Leitão, decidido a concretizar a recuperação da Paraíba, designou Simão Falcão para liderar uma 2ª expedição contra os índios. Como adoeceu, o próprio Martim Leitão acompanhado de João Tavares partiu para a Paraíba, em outubro de 1585. Lá, após estabelecer a paz com o chefe Piragibe (Tupiniquins), índios e brancos atacaram os potiguaras e restabeleceram o Forte. O Fortim foi o núcleo inicial para a conquista da Paraíba.

Após a conquista, em 4 de novembro de 1585, foram lançados os alicerces da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa.

Este forte foi sucedido, em 1586, pelo Forte de Nossa Senhora das Neves. Em 1880 já nada existia desse forte.

FORTE DE NOSSA SENHORA DAS NEVES

O Forte localizava-se em posição dominante, à margem direita, cerca de dezoito quilômetros acima da foz do rio Paraíba do Norte, local da cidade de João Pessoa.

À época da Dinastia Filipina em Portugal, na colônia brasileira, após a retirada das gentes do Forte de São Felipe (Forte Velho) para a ilha de Itamaracá, em junho de 1585, mesmo incendiada e desarmada, a posição abandonada foi ocupada por corsários franceses e seus aliados indígenas.

Martim Leitão em sua 2ª expedição (outubro de 1585) para a libertação da Paraíba, após derrotar os potiguaras, lançou, em 4 de novembro de 1585, os alicerces da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa e, para defendê-la, iniciou, no mesmo ano, utilizando-se da mão-de-obra de colonos, soldados e indígenas, a construção de um forte (Forte Nossa Senhora das Neves), em alvenaria de pedra e cal, pelo mestre de obras Manoel Fernandes, de acordo com planta do Engenheiro alemão Cristóvão Linz.

Forte Príncipe da Beira, em Rondônia

Também conhecido como Forte do Varadouro, em fevereiro de 1586, o seu primeiro comandante foi o Capitão espanhol Francisco Morales, que como Castejón, seu conterrâneo, também se desentendeu com os administradores portugueses, desertando para a Espanha.

O Forte foi ocupado pelos holandeses em dezembro de 1634.

FORTE DE SANTA CATARINA DO CABEDÊLO

Foi construído em 1585, pelo alemão Cristóvão Lintz, por ordem de Diogo Flores Valdez, na margem direita da barra do rio Paraíba, no lugar conhecido como Cabedêlo. Distante 18 km de João Pessoa.

Inicialmente (1586), foi guarnecido por tropas comandadas por João de Matos Cardoso (Forte do Cabedêlo ou Forte do Matos). Guardava com o Forte de Santo Antônio a entrada do rio.

Em 1591, foi arrasado pelos franceses e seus aliados indígenas. Sua reconstrução iniciada em 1592 foi concluída em 1597, recebendo o nome de Forte de Santa Catarina, em homenagem a Dona Catarina de Portugal, Duquesa de Bragança.

O Capitão **Jacques Riffault**, a partir do Rio Grande do Norte, que desde 1594, com quatro navios tentara implantar a supremacia francesa na região, em 15.08.1597 atacou durante sete dias, com treze navios, sendo repelido pela fortificação. Finalmente, com o desembarque de 350 homens por terra, após forte resistência, os franceses lograram arrasar o Forte e a povoação de Cabedêlo. Nas lutas, morre o comandante do forte, reassumindo o comando o Capitão João de Matos Cardoso.

Em 1618, foi iniciada uma recuperação do Forte, pelo Engenheiro-Mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, sob a invocação de São Luis (Forte de São Luis, Forte Novo da Paraíba), que foi concluída em 1631/32.

Em 1631, foi reforçado, tendo em vista a invasão holandesa, resistindo aos ataques de Callenfels realizados em dezembro daquele ano.

Em 1634, após rechaçar ataque holandês de 25 a 28 de fevereiro, desfechado pela nova esquadra holandesa comandada por Sigismund Van Schkoppe, foi melhorado. Ainda, em 04 de dezembro de 1634, sofreu novo ataque, quando morreu em combate o Capitão João de Matos Cardoso.

Em 19 de dezembro, uma nova esquadra holandesa vinda de Recife atacou o Forte de Santa Catarina, ao mesmo tempo em que o assolava por terra. Concomitantemente, em 23 de dezembro, assediado, cai o Forte de Santo Antonio, que cruzava fogos com o Forte de Santa Catarina.

O Forte do Cabedelo ainda resistiu por 15 dias. Finalmente, sem munição e sem qualquer possibilidade de resistência, se rendeu, entregando a cidade de Filipéia aos holandeses. Estava conquistada a cidade e a Capitania da Paraíba.

Assumindo o domínio sobre a Paraíba, **Maurício de Nassau** arrasou a velha estrutura e, após reformar e ampliar o Forte denominou-o de Forte Margarida em homenagem a sua irmã (**Margareta**).

Expulsos os holandeses, em 1654, o Forte reassumiu seu antigo nome, e passou a sofrer inúmeras reformas e melhorias. Em 1702, com as obras da reforma ainda incompletas, recebeu dois baluartes e duas cortinas.

Finalmente, em 1974 e 1978, sofreu grandes reformas e restauro concretizadas pelo governo da Paraíba.

FORTIM INHOBIM

Em 1591, o Ouvidor-Mor **Antônio Coelho de Aguiar**, concedeu permissão ao Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, **Feliciano Coelho de Carvalho**, para construir um forte no lugar denominado Inhobim, defendendo aquele ancoradouro.

O Fortim de Inhobim, assim levantado, foi guarnecido por soldados do Forte do Cabedelo.

Também conhecido como Forte do Rio Verde ou Forte do Rio Azul, teve curta existência, arrasado pelos indígenas da região, foi extinto por **Diogo de Campos Moreno** em 1605, por ter se tornado inútil. Hoje, nada resta.

CONCLUSÃO

É preciso relembrar com orgulho as construções que contribuíram para a perpetuação da soberania portuguesa no novo continente, decantados baluartes, que inúmeras vezes foram os derradeiros bastiões para a manutenção da soberania da novel Colônia.

De há muito, as portentosas fortificações, perderam sua finalidade. Os tempos modernos tornaram-nas obsoletas, mas não deslustraram sua importância histórica na formação do território e da nacionalidade.

A Fiscalização de Produtos Controlados

"Uma atividade complexa e de grande responsabilidade"

Produtos Controlados são aqueles que possuem poder de destruição ou outra propriedade crítica que ofereça perigo às pessoas ou ao patrimônio, devendo seu uso ser restrito a pessoas físicas e jurídicas legalmente habilitadas, capacitadas técnica, moral e psicologicamente, a fim de garantir a segurança da sociedade e do país. Atualmente, existem 385 produtos controlados, entre os quais se destacam: armas de fogo, munições, explosivos, coletes e capacetes balísticos, produtos químicos perigosos e blindagens balísticas de veículos. Fiscalizar a fabricação, utilização, tráfego, comércio, importação e exportação desses produtos é missão institucional do Exército Brasileiro.

A ORIGEM

Desde o início do Século XX, o Exército Brasileiro já exercia a atividade de fiscalização de Produtos Controlados, por meio do "Serviço da Importação e do Despacho de armas, munições, explosivos, etc", a cargo do então Ministério da Guerra, que, posteriormente, recebeu a denominação de "Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Transporte de Armas de Fogo, Munições, Explosivos, Produtos Químicos Agressivos e Matérias-Primas Correlatas (SFIDT)". O Decreto nº 24.602, de 06 de julho de 1934, recepcionado como Lei pela Carta Magna de 1934, formalizou esta competência para a Força Terrestre.

Em virtude da complexidade das atividades e das responsabilidades decorrentes, foi criada em 1982 a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), com sede em Brasília, subordinada ao então Departamento de Material Bélico. Essa Diretoria nasceu da fusão da Assessoria Técnica do Departamento de Material Bélico (DMB) e da Seção de Fiscalização, Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados (SFIDT/DMB).

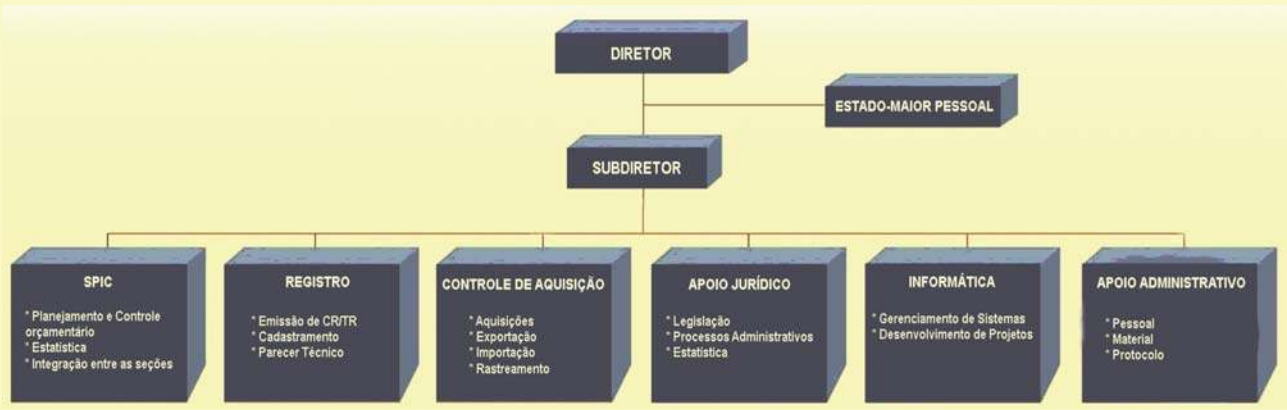
Atualmente, a competência da União para autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico está prevista no inciso VI do Art. 21 da Constituição Federal e é exercida pelo Exército Brasileiro.

A DFPC

Após sua criação, centralizou as ações do Sistema de Fiscalização, iniciando seu funcionamento como Organização Militar independente no primeiro dia do mês de março do ano de 1983.

Embora tenha uma estrutura funcional atualizada e adequada, vem passando por sucessivos estágios de reorganização para atender à dinâmica da evolução dos materiais, da indústria nacional, da globalização e demandas sociais. A DFPC tem hoje importante projeção no âmbito das relações institucionais mantidas com o Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Departamento da Polícia Federal, Receita Federal, Banco

Organograma

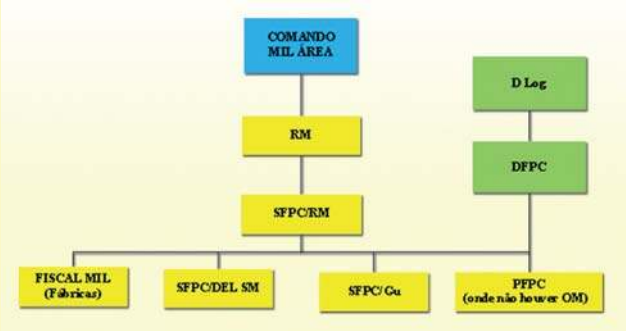


Central e inúmeros outros órgãos que, correlatamente, tratam de assuntos afins de salvaguarda dos interesses do País.

Como órgão de apoio técnico-normativo do Departamento Logístico, tem como missão superintender as atividades referentes à fiscalização dos produtos controlados pelo Exército, bem como do material de emprego militar (MEM) destinado à exportação.

ESTRUTURA DE FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização de Produtos Controlados é realizada pelo Exército por meio de uma estrutura organizacional em concepção de Rede, caracterizada pela grande capilaridade em todo o território nacional. Com vinculação técnica e normativa à DFPC, existem 12 Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados de Região Militar (SFPC/RM). Cada SFPC/RM possui sua própria Rede Regional, que é composta pelos SFPC de Organizações Militares (SFPC/OM) e de Delegacias de Serviço Militar (SFPC/Del SM). Convém acrescentar os Fiscais Militares de fábricas e os Postos de Fiscalização desdobrados em locais onde não haja Unidade Militar. Somadas às 12 Regiões Militares, existem cerca de duzentos e oitenta SFPC, com abrangência em todo o território nacional.



SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE NA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

Visando a modernização e otimização dos controles de encargo do Exército, nas atividades de Fiscalização de Produtos Controlados, a Diretoria (DFPC) implantou, e vem aperfeiçoando nos últimos três anos, diversos sistemas eletrônicos.

O pioneiro, o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), que foi implantado em 2003, iniciando com o cadastramento de armas de militares, colecionadores, atiradores e caçadores. Em seguida foram adicionadas ao Sistema outras funcionalidades, que permitiram aumentar a eficácia dos registros de diversas atividades inerentes à fiscalização, como a emissão e controle de Certificado de Registros de Armas de Fogo, Porte de Armas de Fogo (CRAF/PAF), dentre outras. Ultimamente a interligação do SIGMA entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica e por meio do Ministério da Justiça com o Sistema Nacional de Armas (SINARM), administrado pela Polícia Federal, permite o intercâmbio em termos de informações e controle sobre o armamento de porte e portáteis privados.

Ainda, em meados de 2003, entraram em funcionamento mais dois Sistemas em todo o Brasil. O Sistema de Controle Fabril de Armas (SICOFA), para o controle de armas de fogo fabricadas pela indústria nacional, comercializadas no País e exportadas e o Sistema de Controle de Registros de Carros Blindados (SISCAB), com o objetivo de cadastrar e fornecer a carteira de certificação de blindagem de veículos de uso civil e para transporte de valores.

Atualmente, encontra-se em produção na área da 2ª Região Militar (Estado de São Paulo), o Sistema de Guia de Tráfego Eletrônica, permitindo a emissão de Guia de Tráfego, "on-line", com código de barras e selo de autenticação, com a finalidade de autorização do translado de produtos controlados, em todo território nacional, pelas empresas detentoras de Títulos e Certificados de Registro.

Dentre os sistemas em desenvolvimento podemos destacar os seguintes:

• Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições (SICOVEM) – Sistema em desenvolvimento pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), que permitirá o controle de 100% das munições comercializadas no País, nas lojas especializadas, clubes de tiro e consumidores em geral, de forma *on-line*. Este Sistema cumpre a Portaria do Ministério da Defesa, por proposta do Comando do Exército, permitindo maior e melhor controle do comércio de munições;

Foto: Maj José Artur Fagundes Nora – da 4ª RM

Fiscalização em comércio especializado

• Sistema de Informações Gerenciais (SIG - DFPC) – Sistema contratado pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) e em desenvolvimento no Serviço de Processamento de Dados (SERPRO). Permitirá o controle de todo o processo (cliente-SFPC/RM-DFPC-cliente) de aquisições internas e importações, *on line*, de produtos controlados;

• Sistema de Gerenciamento Militar de Armas Institucionais (SIGMA INSTITUCIONAL) – Em fase de obtenção do escopo, projeto que permitirá controlar o cadastro das armas de fogo institucionais, de porte e portáteis das Forças Armadas, Polícias Militares, Bombeiros Militares, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI-PR).

A dinâmica na fabricação, comercialização, transporte e uso de produtos controlados, exige um permanente controle na atividade de fiscalização, sendo uma das ferramentas de maior alcance a rede mundial de computadores. A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, certa que este tipo de ferramenta auxilia, otimiza, reduz custos e é eficaz na atividade, vem procurando cada vez mais desenvolver sistemas que se interliguem e tragam para o Sistema de Fiscalização a certeza de que o encargo do Exército na atividade está sendo muito bem cumprido, trazendo reflexos positivos para a sociedade.

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

Os produtos em questão são classificados em uso permitido e uso restrito com a finalidade de obter-se um melhor controle sobre os mesmos. Os produtos classificados como sendo de uso restrito só podem ser adquiridos na indústria e por pessoas físicas e jurídicas autorizadas pelo Exército, enquanto os produtos de uso permitido podem ser adquiridos também no comércio especializado (lojista) pelas pessoas em geral, obedecido os critérios previstos em normas específicas.

A aquisição de um produto controlado exige registro prévio no Exército quando o adquirente é uma pessoa jurídica ou pessoa física no caso de colecionador, atirador ou caçador. Se o produto a ser adquirido for arma e munição, o Exército pode autorizar as suas aquisições por categorias de pessoas físicas, mediante a expedição de portaria, definindo o calibre e a quantidade. Atualmente as categorias autorizadas são os militares das Forças Armadas, integrantes das polícias civis (federal e estaduais) e militares, magistrados e os membros do ministério público.

Produtos como armas que exigem maior rigor no controle, quando são comercializadas pelo fabricante (no país ou exportadas) têm os seus dados inseridos no Sistema de Controle Fabril (SICOFA), permitindo ao Exército saber em tempo real a quantidade vendida e o seu adquirente. Sistemas semelhantes para munições e explosivos estão em desenvolvimento e previstos para entrarem em operação ainda no corrente ano.

As presentes regras, em vigor no comércio interno, são válidas para os produtos importados com as restrições impostas pela legislação pertinente. Armas e munições têm a sua importação autorizada somente para órgãos de segurança pública e para colecionadores, atiradores e caçadores. O Exército é um dos órgãos anuentes do sistema de comércio exterior para os produtos considerados controlados.

O SFPC NAS REGIÕES MILITARES

A sua jurisdição é aplicada em todos os estados e municípios existentes na área de responsabilidade da Região Militar.

A rede é responsável por fiscalizar as atividades relacionadas com produtos controlados, promover o registro de todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades com produtos controlados, preparar documentos e organizar processos, executar vistorias e orientar as pessoas e firmas autorizadas a utilizar produtos controlados, sendo constituída por SFPC de OM e de Del SM, distribuídos em sua área de jusridição.

Recepção do SFPC/7

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

As operações de fiscalização de produtos controlados têm por finalidade apreender produtos controlados irregulares e prestar orientação aos seus usuários. Estas operações são realizadas em toda a extensão territorial ou de forma pontual em localidades específicas.

O Comando da7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército (Cmdo 7ª RM/7ª DE), em sua área de responsabilidade, realizou as sequintes operações:

Operação Comércio de Armas e Munições

A operação teve por objetivo vistoriar, simultaneamente, todas as lojas de armas de fogo e munições cadastradas no Cmdo 7ª RM/7ª DE, quando se verificou a existência física dos estoques de armas de fogo e de munições, bem como a correspondente documentação.

Operação Pedreira

Desencadeada com o emprego de 14 OM e apoio de integrantes das Polícias Militar e Civil dos estados da Paraíba e de Pernambuco, a operação procurou reprimir o emprego ilegal e apreender explosivos encontrados em situação irregular, em toda a extensão da 7ªRM-7ªDE. Na oportunidade foram vistoriados cerca de 172 locais e, ao final, foram instaurados 37 Processos Administrativos e apreendidos cerca de 2,3 toneladas de explosivos diversos (encartuchados, granulados, espoletas, cordel detonante e estopim).

Uso de explosivos em pedreira

Operação Blindado

A fim de fiscalizar as atividades relacionadas a blindagem de veículos auto-passeio, a operação foi realizada na região metropolitana do Recife. Foram vistoriadas 13 empresas e teve como resultado a abertura de 8 Processos Administrativos e a apreensão de 17 veículos blindados em situação irregular.

Blindagem de veículo

Operação São João

Esta operação teve por objetivos reprimir a fabricação clandestina de fogos de artifício e orientar a população local quanto aos riscos desta atividade. Em fiscalização realizada no município de Pilõezinhos (PB), com o apoio de militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, foram apreendidos cerca de 3 toneladas de fogos e insumos em 10 locais de fabricação clandestina.

Apreensão de fogos e insumos no município de Pilõezinhos-PB

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

No contexto da fiscalização, além das atribuições já citadas, os SFPC/Regional realizam outras atividades, as vezes ligadas às peculiaridades culturais da área. Entre as quais destacamos:

- o cadastramento e vistoria de Grupos de Bacamarteiros e fabricantes artesanais de fogos de artifício;
- a abertura de Processos Administrativos, a fim de apurar acidentes e irregularidades com produtos controlados;
- o desdobramento e operação de Postos de Fiscalização em Competições de Tiro de grande vulto;
- a realização de cursos de tiro para capacitação técnica de magistrados e membros do Ministério Público;
- o desembaraço alfandegário em portos e aeroportos; e
- colaboração com Órgãos Policiais, Judiciários e do Ministério Público, na prestação de informações técnicas e normativas de interesse nas investigações e nos processos criminais.

Apesar da complexidade das atividades de fiscalização de produtos controlados e da grande quantidade de pessoas físicas e empresas cadastradas por todo o território nacional, o Exército Brasileiro vem atendendo as solicitações dos usuários do sistema, seja do público interno como do público externo, e realizando as atividades de prevenção, orientação e repreensão em consonância com a legislação vigente, de forma eficiente e eficaz, contribuindo para o enaltecimento da imagem da Força Terrestre e para a integração com a Sociedade Brasileira.

Grupo de Bacamarteiros

Biblioteca Histórica

As Bibliotecas da AMAN

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) conta hoje com duas bibliotecas, que dispõem de um acervo de mais de 80.000 volumes entre livros, documentos, periódicos, revistas, mapas e filmes em formato digital.

A Biblioteca Acadêmica, inaugurada em 1947, reúne obras identificadas como raras ou especiais para a Instituição, que foram utilizadas nas escolas de formação de oficiais do Exército, desde o início das atividades da Academia Real Militar, em 1811. Além de guardar um acervo de inestimável valor histórico, deixou inesquecíveis recordações em sucessivas gerações de oficiais do Exército Brasileiro, que passaram muitas horas de suas vidas de cadetes naquele verdadeiro santuário do estudo.

O seu aspecto majestoso e os detalhes do acabamento impressionam, até hoje, visitantes de todas as origens. Foi, e ainda é, o local de reuniões formais e sociais que assinalaram os eventos mais significativos da vida acadêmica.

O seu imponente espaço dispõe de um salão histórico, com exposição permanente de episódios importantes de nossa história, tais como a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a coleção de miniaturas de cenas e carros de combate de diversos confrontos (Segunda Guerra, Guerra da Coréia, Guerra Fria, etc.) e equipamentos utilizados em salas de aula no passado.

Possui, também, um ambiente destinado a estudiosos e a pesquisadores, com numerosas obras raras, entre elas: "*Art De La Guerra*" (1749); "*Oeuvres Postumes de Fréderic II*" (1758); "História da vida do Padre S.Francisco de Xavier e do que fizeram na Índia" (1758); "Explicação do Almanak Náutico e Ephemerides de Greenwich" (1841); "Almanak Náutico" (1841); "Galeria de Brasileiros Ilustres – Os contemporâneos" (1861); documento manuscrito manifestando o pesar dos oficiais do Exército, em serviço na Corte, ao "Duque de Caxias", pelo falecimento de sua esposa (1874); "Recordação de Itália" (1892); e "Archivo do Distrito Federal-Revista de Documentos para a cidade do Rio de Janeiro" (1894), dentre outros.

Com a ampliação da AMAN, ocorrida em 1988, uma nova biblioteca passou a integrar o novo conjunto principal, em uma posição correspondente à biblioteca localizada no antigo prédio. A antiga biblioteca passou a ser a Biblioteca Histórica da AMAN, recebendo a denominação de "Biblioteca Marechal José Pessôa", em homenagem ao idealizador da AMAN. A nova Biblioteca foi batizada, em 2008, como "Biblioteca Coronel Nei Paulo Panizzutti", destacado militar e professor que, por quatro décadas, exerceu o magistério na AMAN e organizou parcela significativa do acervo daquela biblioteca.

Posteriormente, com a construção de um corredor de ligação, as duas bibliotecas foram integradas, seguindo-se diversas ações de valorização desse amplo espaço cultural. A ligação entre as duas bibliotecas foi denominada "Corredor Cultural", recebendo expressivo acervo iconográfico, medalhístico e de armaria, destinado a despertar no cadete o culto ao patrimônio histórico-cultural da Academia Militar e o orgulho pela profissão das armas.

A nova biblioteca se constitui em vetor de modernidade, com ampla área de estudo, salão para trabalho em grupo, área individual e reservada, estante para exposição das obras recém-adquiridas e seção de periódicos, encontrando-se inteiramente integrada ao processo ensino-aprendizagem. Aos livros atuais, clássicos da literatura, livros didáticos e às revistas, somam-se as monografias, mapas, filmes em formato digital e publicações diversas que complementam o ensino e a pesquisa.

Conta, também, com um moderno espaço virtual, composto por 16 computadores com o acesso à Internet, permitindo ao cadete realizar pesquisas e atividades essenciais à construção do conhecimento, um dos preceitos

da Modernização de Ensino. Além disso, disponibiliza o sistema de rede sem fio; assim, os usuários, com o seu próprio computador portátil, pesquisam assuntos didáticos na Rede Mundial de Computadores.

O ensino hoje na AMAN, por intermédio das Bibliotecas Acadêmicas, está perfeitamente integrado com o praticado em outras instituições do ensino superior. A criação de ambientes virtuais de aprendizagem permitiu a implantação de um modelo de educação atualizado, dinâmico e participativo. Com esse enfoque, tornar-se-ão a principal fonte de informação dos docentes e discentes para a execução dos trabalhos acadêmicos. Dessa forma, as bibliotecas da AMAN avançam no território da modernidade das bibliotecas híbridas e virtuais, tendência dominante nas instituições de ensino mais avançadas no Brasil e no mundo.

Essa transição iniciou-se com a aquisição do *software* PERGAMUM-Sistema Integrado de Bibliotecas, que vem possibilitando a automação dos serviços, a utilização de um catálogo coletivo entre os usuários do *software* para importação de registros e, futuramente, permitirá a implantação de uma biblioteca virtual. O objetivo é agilizar os processos técnicos (classificação, catalogação, circulação de material, consulta local e relatórios estatísticos) e, assim, proporcionar rapidez nas rotinas e no auxílio aos usuários, levando-os a utilizar e a compreender melhor o processo de pesquisa e de busca pela informação.

Atualmente, a equipe de catalogação da AMAN é composta por quatro bibliotecárias e uma auxiliar de catalogação, que contam com pessoal de apoio, proporcionando rapidez na identificação do rico acervo literário da Academia.

A criação de um Conselho Literário Acadêmico contribuiu para o aprimoramento da atividade cultural, indicando ao Comando da AMAN as obras a serem adquiridas para atualizar seu acervo. Os resultados alcançados foram animadores, pois o número de empréstimos realizados no primeiro semestre de 2008 atingiu a média mensal de 1.000 exemplares.

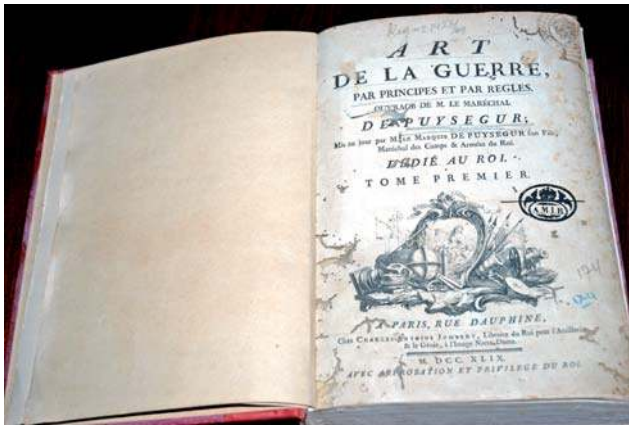
Foram adquiridos, recentemente, cerca de 75 títulos de filmes digitalizados e 370 novos títulos de livros, com destaque para lançamentos literários, publicações e biografias recentes, obras sobre liderança, clássicos da história mundial e livros didáticos. A ampliação e a diversidade do acervo contribuíram para o aumento na freqüência dos cadetes à Biblioteca no último semestre, bem como vêm facilitando a execução do Programa de Leitura de docentes e discentes da AMAN.

As Bibliotecas Acadêmicas, portanto, vêm favorecendo, decisivamente, a consecução das missões da Academia: "formar o aspirante-a-oficial das armas, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico, habilitando-o para os cargos de tenente e capitão não aperfeiçoado, graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar". Suas presenças são fundamentais em um estabelecimento de ensino que une tradição e modernidade, reconhecido como centro de excelência do ensino militar.

Atendimento ao Cadete

Cadetes em estudo

Higienização do acervo



Biblioteca da AMAN – Obra rara

Fotos: Sgt Everaldo Sebastião Ferreira Martins

I Congresso de Ciências Militares

Operações Militares e o Meio Ambiente

A temática sempre foi motivo de discussão e preocupação constante por parte de todos os componentes do Exército Brasileiro, particularmente quanto à proteção e a preservação de grandes áreas nas diversas regiões brasileiras, entre elas a AMAZÔNIA.

O Departamento de Ensino e Pesquisa, por meio da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), promoveu o I Congresso de Ciências Militares do Exército Brasileiro, primeiro evento do gênero realizado pela Força Terrestre, voltado para a integração entre conhecimentos e práticas militares e civis nas áreas: Defesa, Estratégia, Segurança Nacional, Ciências Militares, Educação, Cultura e Meio Ambiente.

O evento foi considerado inédito e pioneiro, tendo reunido diversos segmentos da sociedade brasileira como os meios acadêmico, jurídico, industrial e militar, preocupados com as questões relacionadas com a educação ambiental, a justiça ambiental e a gestão dos resíduos poluentes, destacando o Exército Brasileiro como uma Instituição preocupada e atuante em defesa ao meio ambiente.

"A Casa do Capitão" foi escolhida para organizar o evento por ser o Estabelecimento de Ensino Superior Militar responsável pelo aperfeiçoamento dos oficiais do Exército, capacitando-os a comandar Organizações Militares do Exército e a participar como membros de Estado-Maior dessas Unidades, escalão responsável pela gestão de suas organizações o que inclui os assuntos relacionados ao meio ambiente. Um outro fator importante para a escolha da EsAO, pelo Departamento de Ensino e Pesquisa, para conduzir o evento, encontra-se na experiência dos instrutores da Seção de Pós-Graduação nesse tipo de atividade acadêmica.

OBJETIVOS DO CONGRESSO

• Inserir a Força Terrestre neste debate atualizado e de suma importância para a preservação dos interesses da Nação Brasileira.

• Estimular a reflexão sobre assuntos da atualidade, com enfoque específico na condução do adestramento militar, das atividades militares em tempo de paz, das operações militares em tempo de guerra e dos empreendimentos governamentais conduzidos sob a responsabilidade das Forças Armadas, observando-se a gestão do meio ambiente e a educação ambiental em suas relações com a sociedade.

• Promover a interação entre as Forças Armadas, Forças Auxiliares e o meio acadêmico, de modo a viabilizar a circulação da produção científica em Ciências Militares, constituindo-se em um espaço próprio de divulgação dos resultados das pesquisas realizadas por militares e civis interessados em Defesa Nacional.

ATIVIDADES REALIZADAS

Nos dias 07 e 08 de julho, que antecederam ao congresso, foram realizados quatro pré-cursos, versando sobre Educação Ambiental, Gestão de Resíduos em Organizações Militares (OM) do Exército, Gestão de Resíduos Hospitalares e Justiça Ambiental. Estes cursos foram ministrados por professores especialistas nos referidos temas e tiveram a carga-horária de dezesseis horas.

A abertura do congresso foi realizada, no dia 09 de julho, pelo Vice-chefe do DEP, que precedeu a uma palestra ministrada pelo Ex-governador do Acre, Sr *Jorge Ney Viana Macedo Neves*, tratando do tema: "Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental".

A programação científica contou com a apresentação de 56 de pôsteres, 24 comunicações coordenadas, e foram realizados seis painéis e três palestras. Abordou aspectos ligados à prevenção, preservação, conservação, melhoria

Palestra sobre "Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental"

Fachada da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

e recuperação do meio ambiente, tratando a temática sob seus enfoques naturalista, jurídico e sócio-ambiental, por meio de debatedores que possuíam três olhares específicos sobre a questão ambiental, representando os setores militar, acadêmico e o público.

O encerramento foi realizado no dia 11 de julho pelo Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa com uma palestra versando sobre "O Exército e a preservação ambiental".

PARTICIPANTES

O evento teve a participação efetiva de 552 congressistas, sendo: 260 do Exército, 91 das demais Forças e 201 Civis. A média de freqüência foi de 130 participantes nos pré-cursos e de 420 no congresso, destacando-se a participação de Estados de todas as Regiões do Brasil, representantes de diversas OM operacionais e administrativas do Exército Brasileiro, dos Departamentos, Comandos Militares de Áreas, Escolas Militares, Polícias Florestais, Universidades e Instituições Civis.

CONCLUSÕES

A pesquisa de satisfação realizada com os participantes tornou evidente uma excelente avaliação tanto da programação científica quanto do Congresso como um todo, quando os congressistas destacaram que:

- "o evento revolucionou uma cultura ao colocar, em um mesmo espaço, pessoas de diferentes categorias unindo militares e civis para tratarem do mesmo assunto";

- "significou uma evolução ao reunir público tão diversificado e, ao mesmo tempo, tão integrado na busca de soluções para um País e um mundo melhor".

Por tudo que foi apresentado, o "I Congresso de Ciências Militares" estimulou o estudo sobre a educação ambiental e evidenciou a preocupação e os cuidados das Forças Armadas, Forças Auxiliares, Setor Público e do o meio acadêmico com a temática, identificando ações sustentáveis ao meio ambiente que viabilizem as operações militares. Também contribuiu para incentivar, nos participantes, a mentalidade e o desenvolvimento de uma cultura de defesa ambiental.

Credenciamento

Exposição de "posters"

Capacitação em Comunicação Social a Distância

Um dos maiores desafios do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx) é desenvolver suas competências consoante com a Diretriz do Comandante do Exército que estabelece a Comunicação Social como área permeadora de todas as estratégias da Força Terrestre, visualizando-a como um conjunto de atividades que influi na ação de comando, motivação dos públicos, manutenção do espírito de corpo, no desenvolvimento da eficiência operacional e na obtenção do poder de combate. Esta valorização da Comunicação Social implica, ainda, em estimular um crescente nível de participação e uma ampliação do sentimento de responsabilidade de cada integrante em relação à Instituição. Mas como conseguir que esse entendimento seja inserido na cultura interna da organização? O ponto de partida é investir na formação de multiplicadores da mentalidade de Comunicação Social, por meio de cursos e treinamentos acessíveis a todos os integrantes da Força.

Com esse propósito, a Capacitação em Comunicação Social – elaborada com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – foi viabilizada pela combinação de esforços do Sistema de Excelência Gerencial do Exército, do Departamento de Ensino e Pesquisa e da Fundação Trompowsky, na modalidade *on-line*. Essa iniciativa, pioneira do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), que já obteve excelentes resultados, confirma a excelência da modalidade de Ensino a Distância (EAD), há vários anos utilizada pelo Exército no aperfeiçoamento e formação dos seus recursos humanos.

Capacitação em Comunicação Social
No módulo 1, iniciaremos o nosso estudo sobre comunicação.
Esse módulo aborda conceitos, fundamentos e a importância do emprego da comunicação social no exército em tempo de paz ou em situação de conflito armado.
O MÓDULO 1 ESTÁ ESTRUTURADO EM 4 UNIDADES...
UNIDADE 1 | O QUE É COMUNICAÇÃO?
UNIDADE 2 | EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COM SOC DO EXÉRCITO
UNIDADE 3 | DESAFIOS DA COM SOC DO EXÉRCITO
UNIDADE 4 | OPINIÃO PÚBLICA E OPINIÃO PUBLICADA

A programação curricular prevê disciplinas que oferecem um leque de saberes específicos desta área do conhecimento, integrando teorias e práticas aplicadas de forma dinâmica e interativa. Ao produzir o conteúdo, o CCOMSEx buscou proporcionar ao aluno condições para: ter uma visão sistêmica e estratégica da Comunicação Social no Exército; ser capaz de apoiar e atuar na gestão de processos comunicacionais de suas organizações militares; e ser um agente multiplicador desse aprendizado e da mentalidade de comunicação junto ao público interno.

Além disso, o conteúdo do curso, desenvolvido em módulos, busca levar o aluno compreender a importância do desenvolvimento de atividades integradas, organizadas e reunidas num planejamento global, uma vez que, hoje, os comunicadores deixam de ser unicamente executores de tarefas para serem mediadores, administradores de relacionamento efetivo e dialógico com os públicos da Instituição. Por essa razão, torna-se necessário entender as várias dimensões que compõem a Comunicação Social e sua aplicabilidade no âmbito das organizações militares.

Assim sendo, a Capacitação em Comunicação Social veio ampliar as oportunidades de acesso à essa área, até então restritas aos cursos com aulas presenciais, ministrados pelo Centro de Estudo de Pessoal e disciplinas inseridas nos currículos das escolas de formação de oficiais e praças. O projeto piloto foi desenvolvido em sessenta horas, por meio da rede mundial de computadores, em um ambiente virtual de aprendizagem: o EB aula, com a concorrência de 153 alunos de todos os Comandos Militares de Áreas. O resultado das pesquisas aplicadas ao final evidenciou um alto grau de satisfação atingido, sinalizando para o caminho certo e estimulando a manutenção desse empreendimento no campo do ensino.

Centro de Recuperação de Itatiaia

Drogas – Difícil Recuperação

Vista do Centro de Recuperação de Itatiaia

O Centro de Recuperação de Itatiaia (CRI) é uma organização militar de saúde que há quase 80 anos presta assistência médica à família verde-oliva. Sua história remonta à década de 20 do século passado com a criação do Sanatório Militar de Itatiaia (SMI), em 01 de maio de 1926. A instituição de saúde tinha como missão precípua dá assistência aos militares portadores de tuberculose. E ainda, a fundação do Hospital de Convalescentes de Itatiaia (HCI), em 13 de novembro de 1922, especializado no tratamento de doenças crônicas.

A EVOLUÇÃO

Com a evolução natural da Medicina e a necessária atualização do Serviço de Saúde, em 1992, o SMI e o HCI fundiram-se, formando o atual Centro de Recuperação de Itatiaia. Estava, pois, lançada a pedra fundamental do novo Hospital do Exército Brasileiro. Desde então, o CRI tem passado por muitas mudanças em sua estrutura, mas continua sempre preocupado em manter a excelência nos serviços prestados, atendendo ao público com qualidade, respeito e calor humano.

A MISSÃO

Hoje, o CRI é o hospital do Exército especializado em pacientes psiquiátricos crônicos e um dos pioneiros, na Instituição, no tratamento de dependência química. Presta atendimento também a portadores de doenças traumato-ortopédicas que necessitem de assistência fisioterápica prolongada, portadores de tuberculose, de hanseníase e de outras doenças infecto-parasitárias de evolução crônica. Possui uma equipe altamente capacitada composta por médicos de diferentes especialidades, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, dentistas, farmacêuticos e técnicos de saúde.

DROGAS - DIFÍCIL RECUPERAÇÃO

Desde a mais remota antiguidade, nas brumas de um passado perdido, há uma relação atávica entre grupos culturais humanos e a utilização de substâncias que alteram o Sistema Nervoso Central. Já existia a cerveja na Suméria há cerca de seis mil anos atrás. Segundo a Bíblia, Noé plantou a primeira vinha do mundo e o próprio quem teve o primeiro "porre" registrado.

Sessão de cinema

Exposição de trabalhos dos pacientes – Criarte 2008

Na sociedade contemporânea, a situação, além de não se modificar, foi consideravelmente agravada por um conjunto de fatores psicológicos, sociais e culturais. Para exemplificar um destes fatores citamos o culto hodierno à anestesia. À menor dor, procura-se um analgésico; a menor dor psíquica ou moral busca-se um tranqüilizante ou uma droga anestesiante. A sociedade brasileira, dentro de um contexto globalizado, manifesta os mesmos problemas, respeitando as diferenças regionalizadas. Assim temos o uso e o abuso das substâncias psicoativas.

Vejamos, na tabela abaixo, os sintomas do uso agudo, isto é, os efeitos buscados pelos usuários; os sintomas da intoxicação aguda e aqueles que aparecem quando o uso é interrompido (síndrome de abstinência).

Substâncias	Efeitos agudos	Intoxicação aguda	Síndrome de abstinência
Maconha	*Euforia, aumento da auto-estima, sensação de relaxamento; hipersensibilidade sonora, visual, tátil e do paladar, introspecção, aumento da sensibilidade interpessoal. Aumento da libido, aumento do apetite, hiperemia conjuntival.*	*Sintomas de pânico, medo intenso e disforia, além de reações depressivas e quadros psicóticos agudos. Acidentes secundários com prejuízo do desempenho psicomotor (ex.: ao volante, no manuseio de máquinas).*	*Não causa*
Cocaína	*Sensação de energia, euforia, alerta e bem-estar. Pode haver menos fome e menos necessidade de dormir. Redução da fadiga e provável melhora da performance sexual.*	*Euforia, ansiedade, tensão ou raiva, julgamento prejudicado. Comprometimento no funcionamento social ou ocupacional. Taquicardia ou bradicardia, agitação, confusão, hipertensão arterial, coma.*	*Humor disfórico, sonhos vívidos ou desagradáveis. Insônia ou hipersônia, aumento do apetite, retardo ou agitação psicomotora.*
Alucinógenos	*Percepções inusitadamente brilhantes e intensas, sinestesia (cores "ouvidas" e sons "sentidos"). Alucinações principalmente visuais; emoções se tornam intensas; mudança na imagem corporal, reflexão introspectiva, sentimentos de "insight" religioso e filosófico, despersonalização.*	*Ansiedade ou depressão acentuada, idéias de referência, idéias de perseguição, prejuízo da capacidade de julgamento ou do funcionamento social ou ocupacional, taquicardia. Sudorese, midríase, palpitação, visão turva. Falta de coordenação e tremores.*	*Não causam*
Inalantes	*Doses pequenas, iniciais, podem desinibir e produzir sentimentos de euforia e excitação. Sensações agradáveis de estar flutuando.*	*Medo, ilusões sensoriais, alucinações auditivas e visuais e distorções do tamanho corporal. Fala arrastada, menor velocidade da fala e ataxia.*	*Irritabilidade, agitação, sudorese, náusea, vômito, taquicardia e às vezes delírios e alucinações.*
Anfetaminas e substâncias assemelhadas (incluindo o Ecstasy)	*Usadas para aumentar o desempenho e induzir sensação de euforia (ex.: estudantes durante exames, motoristas de caminhões em viagens longa, empresários com prazos importantes e atletas em competições).*	*Semelhante à síndrome de intoxicação com cocaína.*	*Humor disfórico, ansiedade, tremor, letargia, pesadelos, sudorese extrema, cólicas gástricas e fome insaciável.*
Opióides	*Viagem eufórica.*	*Euforia inicial seguida de apatia, disforia, agitação ou retardo psicomotor, julgamento prejudicado, miose, torpor ou coma, fala arrastada.*	*Humor disfórico, náusea ou vômito, dores musculares. Lacrimejamento ou rinorréia; midríase, piloereção ou sudorese; diarréia, bocejos, febre, insônia.*
Esteróides anabolizantes	*Num primeiro momento podem induzir euforia e hiperatividade.*	*Após períodos relativamente curtos podem causar raiva, irritabilidade, hostilidade, ansiedade, excitação, somatização e depressão. Episódios hipomaníacos e maníacos e, em menor porcentagem, sintomas claramente psicóticos. Agressividade ou comportamento violento.*	*Depressão, ansiedade, preocupação com estado físico do corpo.*

Cozinha Terapêutica

Futebol com pacientes

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A PACIENTES PORTADORES DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA

O Exército como grupo social dentro da estrutura maior nacional, obviamente refletirá problemas existentes na sociedade brasileira da qual faz parte. A família Verde-Oliva na sua expressão mais ampla é constituída por militares da ativa e da reserva, bem como seus dependentes e pensionistas. Assim, este grupo refletirá de algum modo, em seu meio, as mesmas dificuldades e anseios da sociedade.

ALGUMAS CONSTATAÇÕES

Por continuar trabalhando em termos experimentais, conforme a portaria de criação, o CRI registrou um baixo número de internações nos sete anos de existência de sua enfermaria. Também como conseqüência de seu caráter experimental, existe pouco conhecimento deste trabalho no âmbito nacional.

Chama a atenção o predomínio de alcoolismo presente em mais de 50% dos casos de forma exclusiva. O uso de múltiplas drogas, em sua maioria, reflete a associação do álcool, da cocaína e algumas vezes da maconha. O consumo de drogas, tanto lícitas como ilícitas, é um grave problema com um potencial destrutivo capaz de minar os mais nobres valores de uma sociedade.

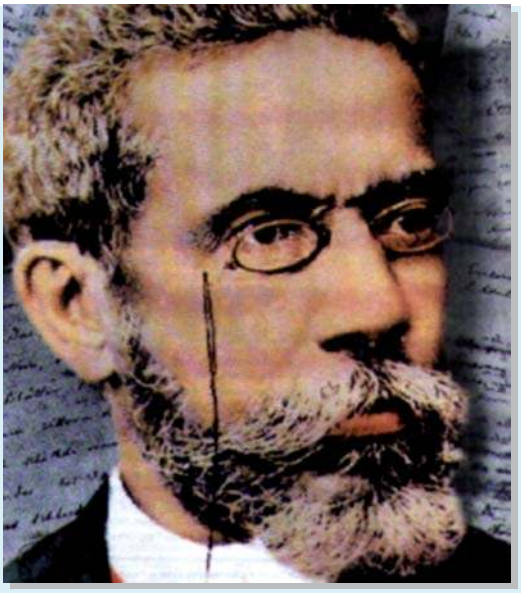
A complexidade do problema da dependência química envolve diversas áreas. Urge o desenvolvimento de uma força-tarefa multidisciplinar objetivando enfrentar esta nova demanda, que surge com a rapidez presente num mundo globalizado.

A Força Terrestre, por intermédio de suas Diretorias de Saúde e de Assistência Pessoal, vem implantando medidas que abordam o universo preventivo, bem como os diversos níveis de tratamento.

Terapia ocupacional

Assistência de enfermagem

Fotos: Sgt Maurílio



Personagem da Nossa História

Joaquim Maria Machado de Assis

2008 – Centenário de sua morte!

Filho do operário **Francisco José Machado de Assis** e da portuguesa **Maria Leopoldina Machado da Câmara**, nasceu em 21 de junho de 1839, na Chácara do Livramento, no Rio de Janeiro, na qual seus pais trabalhavam.

Perdeu a mãe com 10 anos de idade, foi baleiro, balconista, caixeiro, revisor, funcionário público e aos quinze anos ensaiava as primeiras poesias.

Freqüentador assíduo das bibliotecas públicas da Corte, seus sonhos começaram a realizar-se quando conheceu Francisco de **Paula Brito**, mulato dono de livraria, tipografia e jornal. Em breve seu nome estaria impresso em letras de forma, pois na livraria era local de reunião de políticos e letrados, consagrados e estreantes.

Começou escrevendo poesia no jornal de modas e variedades "A Marmota Fluminense", onde viu publicado seu segundo poema "Ela" e, logo em seguida foi a vez do poema "A Palmeira".

Recomendado pelo seu chefe foi para o Correio Mercantil onde trabalhou como revisor, porém não deixou de colaborar com o Marmota e escrever para quantos jornais aparecesse. Trabalhava muito e ganhava pouco, pois na sua época costumava-se dizer que a pobreza era apanágio dos intelectuais.

Com 21 anos, foi convidado por **Quintino Bocaiúva** para trabalhar no Diário do Rio de Janeiro, passando a cobrir as atividades do Senado do Império e nesta oportunidade conviveu com velhos homens políticos.

Já adulto, foi diagnosticado como sofredor de epilepsia o que eventualmente lhe causava "gagueira" ao recitar e o deixava apavorado diante do vexame público.

Em fins de 1859, sua grande paixão era o teatro e de espectador passou a escrever algumas obras; era **Machado** procurando a glória no palco.

Em 1864, saiu o seu primeiro livro de poesias "Crisálidas".

Enquanto seus velhos amigos morriam pobres, o nome de **José Maria Machado de Assis** tornava-se cada vez mais conhecido do público leitor carioca. Cronista lido diariamente, escritor apreciado por todos, poeta elogiado pela crítica, ainda passava a café, leite e torrada.

A garantia de melhor nível de vida e um salário pontual apareceu a 8 de abril de 1867, com um cargo público onde iniciou sua zelosa carreira burocrática como Ajudante de Diretor do Diário Oficial.

A 12 de novembro de 1869, casou-se com **Carolina Augusta Xavier de Novaes**, excelente companheira durante 35 anos, e a pobreza foi o lote dos primeiros tempos de casados.

Insatisfeito com a poesia, volta-se para o romance e, na década de 70, publica "Ressurreição", "A Mão e a Luva", "Helena" e "Iaiá Garcia", obras influenciadas pelo sentimentalismo romântico da época.

Em dezembro de 1876, foi promovido pela Princesa Isabel a Chefe de Seção com um salário excelente que, acrescido do que recebia em direitos autorais por seus livros e colaboração em jornais e revistas, lhe proporcionou, pela primeira vez, um padrão de vida acima da média da população.

Em 1878, retirou-se para Nova Friburgo por recomendações médicas. Na tranqüilidade da serra, com a ajuda de sua esposa **Carolina** escreve o romance "Memória Póstuma de Brás Cubas", a narrativa da miséria da condição humana.

Fundador da cadeira de nº 23 da Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupou por mais de dez anos a sua presidência, que passou a ser chamada também de Casa de Machado de Assis.

A sua obra abrange, praticamente, todos os gêneros literários. Na poesia inicia com o romantismo passando tardiamente pelo indianismo e o parnasianismo. Paralelamente surgem as coletâneas de contos. Após o período romântico de seus romances, entrou na grande fase das obras primas, que fogem a qualquer denominação de escola literária e que o tornaram escritor maior das letras brasileiras e um dos maiores autores da literatura de língua portuguesa.

Assolado pela idéia de ficar louco, abordou esse tema em um de seus melhores contos "O Alienista", e, também, no romance "Quincas Borba".

Em 1899, lança a primeira edição de "Dom Casmurro", a obra mais perturbadora até hoje escrita em língua portuguesa e que, no plano universal, encerrava com chave de ouro o século dos grandes romances. Dom Casmurro logo foi considerado o seu melhor romance, onde criou a personagem que dominava o livro com os seus olhos de ressaca: "Capitu" – o grande enigma da literatura brasileira.

O romance "Esaú e Jacó", obra que recebeu mais elogios da crítica, publicado em 1904, sobre a dúvida psicológica e a incapacidade de tomar decisão, pode também ser encarado como uma metáfora da transição do Império para o início da República.

No dia 20 de outubro de 1904, morre Dona **Carolina** aos 69 anos de idade. É com tristeza, bondade e saudade de **Carolina** que ele escreve, em segredo,- como de costume - o último romance "Memorial de Aires".

Machado de Assis faleceu às 3h45m da madrugada do dia 29 de setembro de 1908.

OUÇA 98,7

Verde Oliva FM

Fora de Brasília: www.verdeolivafm.exercito.gov.br

TV EXÉRCITO WEB TV

FALE CONOSCO

VEJA!

INFORME-SE

Exército Brasileiro

Braço Forte, Mão Amiga

www.exercito.gov.br

O Exército Brasileiro acompanhou de perto uma das maiores catástrofes ambientais ocorridas no Brasil (Santa Catarina)

Salvando vidas

Construindo pontes

Transportando feridos

Prestando assistência à saúde

Distribuindo alimentos

Desobstruindo vias

Fotos: Sgt Samuel/CCOMSEx

Na alegria e na tristeza sempre estaremos solidários ao povo brasileiro

EXÉRCITO BRASILEIRO

Braço Forte - Mão Amiga